

092081

Reg. 74/05/19

Gazeta

**BOLETIM**  
N.º 6  
JUNHO - 1962

**FRENTE ANTITOTALITARIA DOS  
PORTUGUESES LIVRES EXILADOS**

# Emergências do Problema Português

## PRELÚDIOS DE TRAGÉDIA

(Por Henrique GALVÃO)

Sem esquecer o que Portugal deve aos ideais humanos da civilização em que se formou, e perante o amor à Pátria como ao dever de a servir, procuremos libertar uma Consciência portuguesa de todas as mentiras, conscientes ou inconscientes, que no momento actual a obscurecem, e de todas as ficções que propagandas delirantes com essas mentiras engendram. Procuremos pôr-nos à margem de todos os interesses pessoais ou de grupo, examinando tão serenamente quanto pudermos as perspectivas que neste momento dramático da nacionalidade e do mundo, se mostram a Portugal, em função das forças ou agentes que mais decisivamente podem determinar os seus destinos.

De pontos de vista particulares à sua defesa, cada partido ou corrente e até muitos indivíduos que se proclamam independentes, consideraria impolítica uma confissão pública de fraquezas e erros próprios; como recusa, pelas mesmas razões de suposta habilidade política, o reconhecimento leal de acertos ou virtudes alheias. Tais pontos de vista particulares, deformados por propagandas ou anti-propagandas, obscurecidos pelos próprios sortilégios verbais de que se servem, são, geralmente, pontos de vista penumbrosos da Consciência nacional, neles mais invocada que respeitada.

Quanto humanamente possível, furtemo-nos a considerar a situação sob qualquer destes pontos de vista, mesmo correndo o risco de desa-

gradar. Podemos ser traídos por defeitos próprios mal dominados; mas não nos deterá o receio de nos encontrarmos, acaso, como *voyageur seul*.

\*

Não haja ilusões. Com responsabilidades e erros próprios, ou como meras vítimas por motivos originados em nós ou por circunstâncias mundiais que excedem o poder dos homens que mais decidem os destinos do mundo — os prelúdios são de tragédia; assim acontece em todos os becos a que as ditaduras conduzem os povos. Neste momento cruciante da História, o problema português consiste em descortinar por que meios, roçando embora a tragédia, a poderemos evitar. É problema sumamente complicado, cujos dados, se ascendem ao plano supra-nacional — indubitavelmente, ele não pode ter solução portuguesa sem o concurso essencial de forças e meios portugueses, movidos por uma Consciência portuguesa esclarecida quanto à realidade objetiva da situação e quanto aos ideais humanos da civilização em que nos integramos.

Importa pois, repita-se, examinar sem preconceitos passionais, sem pressões do espírito partidário, e sobretudo sem a pressão dos interesses secundários que em partidos e seitas sóem infiltrar-se e difundir eufemismos — os valores com que contamos, os erros que temos cometido, os riscos que nos ameaçam; ou seja, as realidades positivas para que caminham os destinos próximos de Portugal.

**A F.A.P.L.E. TEM, NATURALMENTE, A SUA ESTRUTURA ORGÂNICA, POR MEIO DA QUAL CUIDA DE SE EXERCER COMO FORÇA DE PENSAMENTO E AÇÃO EMINENTEMENTE DEMOCRÁTICA E HUMANA. É POSSÍVEL QUE MUITOS DEMOCRATAS, POR DIFERENTES RAZÕES, QUEIRAM FICAR À MARGEM DA SUA ORGÂNICA E EXERCÍCIO — MAS TODOS, QUE SENDO GENUINAMENTE DEMOCRÁTICOS SÃO TAMBÉM, POR NATUREZA IDEOLÓGICA, ANTI-TOTALITÁRIOS, SE ENCONTRAM NELA ESPIRITUALMENTE INTEGRADOS.**

UNIVERSIDADE D  
CENTRO DE  
DOCUMENTAÇÃO  
26 DE ABR  
C.H.

I — A DITADURA OU REGIMEN  
SALAZARISTA :

Pode alguém duvidar de que está no fim o regimen salazarista, a que os salazaristas chamam ainda "O Estado Novo", e que esse fim se anuncia com todo o cunho de decomposição política, moral e econômica que assinalou a queda de todas as ditaduras modernas? Nem os mais responsáveis defensores do "Estado Novo" terão dúvidas a esse respeito. Se alguns ainda crêem que ele possa durar enquanto se mantiver o ditador, ninguém crê que lhe possa sobreviver.

Seja qual for o desenlace — ou pela rebelião ainda contida mas alastrante desde a tomada do "Santa Maria", ou pelo desaparecimento do ditador sob forma natural ou violenta — o regimen pode ainda consumir a tragédia ou acelerar o processo que a anuncia, mas já nada pode para a evitar. A situação que criou, por mais que suas propagandas ainda alimentem ilusões, é irremediável. O próprio ditador nada preparou para assegurar uma continuidade.

Em Janeiro de 1962, escrevia um observador estrangeiro, menos suspeito que qualquer de nós: **"Confusa mas dramaticamente, todos os portugueses, sem distinção de classe, têm a convicção de que os dias do regimen estão contados. Que estariam contados mesmo no caso de não se organizar qualquer oposição violenta: que o actual regimen está condenado, simplesmente por não se adaptar às condições dos tempos mundiais"**.

Esta realidade não escapa nem aos que mais a ocultam.

Se na obra do regimen é impossível, sem passionalismo, negar algumas realizações positivas, isso não impede que o saldo de uma acção exercida em mais de trinta anos seja tão negativo que já nos levou Gôa ao desastre, e nos tem à beira da catástrofe. Que defensores do sistema propagandeiem essas realizações positivas ocultando o que condena o regimen, está na ordem costumeira dos sectarismos; nada disso impede que a realidade seja o que é: — prelúdio de catástrofe.

A situação actual, e a herança que a situação sucedânea receberá, encontram seus traços mais salientes no "Manifesto ao Eleitorado", emitido por um grupo de candidatos da Oposição em 28 de Outubro de 1961. Foi traçado com notável objetividade e corresponde a evidências conhecidas por todos os portugueses. Quem de boa fé as poderá negar; se até pelo mundo ocidental são conhecidas? Propositadamente, evito repetir acusações que eu próprio tenho trazido a público.

Transcreve-se deste Manifesto a parte mais objetiva:

**"NO PLANO INTERNO, o Governo está reduzido a um soberano isolamento. A sua já tão precária base representativa (confiada à corrente do Partido Único — a "União Nacional") acabou por se restringir ainda mais quando da última remodelação ministerial, pela qual sectores integrados nessa União, e com conhecida relevância entre as Forças Armadas, acabaram por se dissociar de qualquer responsabilidade governativa.**

**"NO CAMPO ECONÓMICO E SOCIAL, após 35 anos de pretensa Revolução Nacional, com todo o seu cortejo de imposições e sacrifícios, encontramos numa situação de atraso crescente em relação aos países conhecidos como civilizados, e ainda atrás daqueles que, como a Grécia e a Turquia, são suscetíveis de comparação conosco. Isto, não obstante termos sido poupados às grandes destruições da última conflagração mundial de 1939-45, que assolaram a Europa e o mundo. Quanto a nível de vida, alimentação e captações no rendimento nacional, à salubridade, assistência e saúde pública, à política de habitação e seguros sociais, ao emprego da técnica na indústria e na lavoura, à alfabetização, ensino, educação e desportos, ao ritmo de desenvolvimento económico, apesar de todas as obras de fachada e da propaganda oficial, encontramos-nos nos últimos escalões dentre os países civilizados.**

**"A crise da AGRICULTURA, afectando cerca de metade da população que deste sector vive, é uma das causas mais radicais do nosso atraso. O rural está absolutamente abandonado, não tem quaisquer regalias sociais, estímulos ou protecção jurídica, devido a uma rígida política de compressão dos preços dos produtos da terra, que tem a sua justificação na concomitante congelação dos salários industriais com que se pretende favorecer a indústria, a qual acaba por ser prejudicada com a orientação que mantém a insignificância do nosso mercado interno, por falta de poder de compra.**

**"No domínio da CULTURA, não temos universidades dignas desse nome. As que existem não têm dotações nem quadros suficientes nem regimen adequado a esse nível de ensino. Escasseiam os professores com autêntica categoria universitária, enquanto numerosos valores estão afastados da cátedra dentro do país ou nas longínquas paragens do exílio em que encontram o melhor aproveitamento que aqui lhes é negado, por razões**

de discriminação política, como se fôssemos tão ricos que nos pudéssemos dar ao luxo de exportar inteligência! Das Universidades existentes não saem os técnicos indispensáveis ao progresso da Nação; e no Ultramar não há uma única Universidade! Somos dos poucos países que não têm uma produção cinematográfica e o teatro declamado morre entre nós, asfixiado pela censura, pelos impostos e à mingua de estímulo oficial.

“No aspecto **FINANCEIRO**, apesar da apregoada e constitucionalizada obrigação do equilíbrio, este só tem sido conseguido através de saldos fictícios resultantes da contabilização de empréstimos como receitas, quando na realidade os orçamentos e as contas do Estado estão desequilibrados desde há muitos anos. O saldo negativo da nossa balança comercial com o estrangeiro sobe de ano para ano assustadoramente e já ultrapassou de longe a casa dos seis milhões de contos anuais. E a dívida pública interna do Estado ascende a montantes nunca antes atingidos, enquanto os impostos, as contribuições e as taxas aumentam substancial e periodicamente, ferindo sobretudo as classes mais desprotegidas e sacrificadas. Esta situação é ainda agravada pela desigualdade cada vez maior na repartição dos rendimentos da economia nacional que, nas últimas décadas, se tem processado e de que a política do “Estado Novo” é responsável, com o seu chocante estendal de injustiças sociais. Por um lado, a plutocracia medrou espantosamente sobre o solo da Pátria à custa da miséria geral, estimulada pela protecção aos monopólios, operando-se assim uma crescente e perigosa diferenciação nos rendimentos e fortunas. Por outro lado, assistimos a uma simbiose sem precedentes entre o Poder Político e o Poder Económico, bem expressa nas sucessivas transfusões entre os magnatas da Administração e do Dinheiro. Os Ministros, Sub-secretários e Secretários de Estado, deixam as suas cadeiras no Terreiro do Paço para se instalarem nas poltronas dos Conselhos de Administração das grandes Companhias e Bancos ou na alta Burocracia, donde regressam, por vezes, ao exercício do Poder Político para novamente se reintegrarem nos grandes negócios. E não raro os membros dos Conselhos de Administração são chamados aos lugares do Terreiro do Paço, numa constante interpenetração que assegura laços fortes e duradouros entre um punhado de potentados e uma corte de pretores. Lisboa tem regurgitado de congressos, de banquetes,

de convidados internacionais, de recepções, de visitas, de paradas e cortejos suntuosos, como se vivéssemos num país de fausto e grandeza ou nos lendários tempos das especiarias da Índia. A propaganda oficial dispõe, à custa dos dinheiros públicos, de um saco sem fundo — o famoso SACO AZUL do S.N.I. — cujas generosidades não se sabe a quanto montam, dentro do país e no estrangeiro!

“No capítulo **ULTRAMARINO**, o rompimento com a política progressiva e descentralizadora da I República, com a abolição dos cargos de Altos Comissários de Angola e Moçambique, a instauração de uma política de rígida centralização metropolitana, as providências legislativas e administrativas anti-democráticas, como as referentes ao regimen de indigenato, os favores à plutocracia colonialista, a permissão de um absenceismo que se traduziu na pululação de grandes companhias exploradoras e monopolistas com os serviços centrais e Conselhos de Administração cómodamente instalados em Lisboa, a introdução de medidas de discriminação racial (contrárias ao nosso temperamento e tradições), a falta de atenção às críticas esclarecidas que em tempo conveniente foram formuladas (entre outras, pelas vozes de Norton de Matos, Paiva Couveiro, Henrique Galvão, Cunha Leal e Mendes Correia), fizeram com que a estrutura da dominação sobre o Ultramar se mantivesse inalterada e inapta para enfrentar os embates dos novos ventos que sopram no Continente Africano. As últimas, timidas e apressadas reformas empreendidas sob a pressão dos acontecimentos trágicos de Angola e dos organismos internacionais a que nos encontramos vinculados, surgiram tardiamente, e nem de longe são suficientes para que possamos encarar sem as mais graves apreensões um futuro a que não poderemos furtar-nos. As liberdades democráticas que nos são negadas, são igualmente negadas em todos os territórios ultramarinos. E o trabalho compelido para os indígenas desses territórios está ainda hoje especialmente inscrito no Art. 146 da Constituição Política que nos rege.

“No plano **INTERNACIONAL**, o isolamento a que a política governamental nos conduziu é quase absoluto e ameaça expulsar-nos do convívio dialogante das nações, dada a precária situação na ONU e na OTAN, onde as próprias vozes das potências ocidentais aliadas e do Brasil não ousam erguer-se a nosso favor e onde estamos reduzidos ao apoio decidido mas comprometedor da racista

*Africa do Sul, ao menos decidido apoio da Espanha e, por vèzes, da França, a braços com o seu caso argelino.*

*“Como instrumentos de manutenção de um tal estado de coisas, os habitantes instituições anti-democráticas do “Estado Novo” vigiam noite e dia, sufocando as aspirações e anseios populares. A censura amordaça fèrreamente tóda a expressão de qualquer pensamento, exercendo-se sôbre a imprensa, o livro e a rádio. O contróle absoluto da televisão, utilizada como instrumento de propaganda do regimen, veio ensombrar ainda mais êste quadro. Onde a censura não vai, surge a PIDE apreendendo publicações e processando os responsáveis, prendendo, amedrontando, inquietando. Não existe a menor liberdade sindical. Os sindicatos nacionais são organismos burocráticos que nada têm que ver com as aspirações das classes laboriosas, impedindo-as de pugnar por melhores condições de vida. O exercício da profissão, muitas vèzes, e a admissão a emprêgos públicos, quase sempre, são estritamente condicionados ao beneplácito da PIDE, através das suas informações e discriminações onipotentes. Com o Governo e a PIDE colaboram, por imposição superior, muitos organismos corporativos e autarquias locais e, sobretudo, as forças repressivas cada vez mais empoladas e especializadas graças à aplicação de verbas grandiosas sempre em aumento.”*

Repetimos: nesta situação que tentam prolongar os mais responsáveis com receio às contas que terão de prestar (os da PIDE em especial), e que tentam defender alguns ainda dominados pelos sortilégios da propaganda e pela pressão do suborno — o regimen ainda tem a possibilidade de consumir a tragédia ou de precipitar o processo que a anuncia; já nada pode fazer para a evitar.

Esta certeza é a primeira que encontrará uma Consciência portuguesa liberta de todas as mentiras, conscientes ou inconscientes de seita ou partido e desempoeirada de todas as ficções que propagandas delirantes engendram.

Julgo que a situação, a este respeito, se esclarecerá um pouco mais, invocando aqui as considerações de um brasileiro ilústre, que não conheço pessoalmente e com o qual só em acaso de leitura me encontrei (1):

1) J. de Oliveira Torres in “O Estado de S. Paulo” de 24-3-62

*“De tódas as experiências conhecidas podemos tirar uma lei geral: um govêrno ditatorial não realiza os fins que oficialmente tem em mira, mas se perde em suas contrações internas e na luta contra os adversários. Poderá alguma ditadura resolver algum problema concreto, isolado, geralmente secundário, mas não chega a atingir os seus objetivos. Num balanço final verificaremos que o saldo opsitivo de uma ditadura pode ser encontrado no ativo de qualquer govêrno por pior que seja.*

*“.....  
“Salazar conseguiu os seus objetivos? Não: pois manter a ordem é coisa que qualquer govêrno faz e consolidar as finanças faz parte da rotina dos ministros da Fazenda. Seu ideal, abolir definitivamente a democracia liberal e a substituir por um regimen corporativo que fôsse permanente, êle não o conseguiu.*

*“Erram pois aqueles que pensam que por uma ditadura podem apressar uma reforma social ou impedir uma revolução. As ditaduras costumam construir cidades de papel pintado como as dos estúdios cinematográficos, e, afinal, deixam o vazio depois que passam para o esquecimento. Nada ilustra melhor o caso do que Mussolini: os do meu tempo se recordam vivamente da sua imagem — era a Itália. De Enéias a Garibaldi, a história da bela península condensara-se na figura do novo César. Nada havia senão Mussolini. Um dia, graças a um pontapé desferido por um rei quase caricato e cujo poder fôra esvaziado completamente, “Il Duce” desapareceu totalmente da História.*

*“Certamente, diante de uma nova situação histórica, muitas saídas há. E se surgem aspirações populares, se verificamos que existem deficiências e injustiças, objetivo permanente e supremo de qualquer regimen será fazer qualquer coisa a fim de instaurar a justiça. Que fazer diante de uma situação concreta?*

*“Há quatro saídas clássicas: a REVO-  
LUÇÃO, a EVOLUÇÃO, a REACÇÃO e a  
CONTRA-REVOLUÇÃO. A REVOLUÇÃO  
conduz à ditadura, que, por sua vez, cria  
novos problemas e não realiza os objetivos  
em vista. A revolução, na verdade, é um  
processo por meio do qual impedimos que  
uma transformação se faça, embora se efe-  
tive uma grande destruição. A REACÇÃO  
é um processo violento pelo qual se procura  
impedir a transformação — e acaba condu-  
zindo a uma ditadura que destrói os valores*

que os reaccionários queriam preservar, não realizando as reformas dos revolucionários. (A tragédia das ditaduras reside nisto: se são reformistas terminam impedindo as reformas; se são conservadoras, acabam destruidoras). A EVOLUÇÃO, da qual a economia americana nos dá um bom exemplo, consiste na adaptação de princípios anteriores à nova situação. (.....) Por último, a CONTRA-REVOLUÇÃO, que não é a destruição violenta da revolução, a reacção, mas um processo pelo qual a revolução se torna útil. Como bem disse José de Maistre — não é uma revolução contrária mas o contrário de uma revolução.

“.....  
 “Registemos, por fim, o erro de algumas esquadras que como tais se julgam: essa inconsiderada pregação de uma revolução sua como uma possibilidade de ditadura no bojo, poderá realmente conduzir os países dessas esquerdas a uma ditadura de grupos esquerdistas que, com o tempo, se entredevorarão; a revolução, como Cronos, devora os próprios filhos. O mais provável, porém, é o contrário: esta agitação assustar as forças conservadoras e a maioria do povo, que não deseja confusões, provocando daí uma ditadura da outra parte; o que não será propriamente uma rima nem uma solução, pois o que não conseguirmos nos quadros democráticos (e a democracia pode ser reformada e aperfeiçoada), não o conseguiremos com ditaduras.”

## II — O POVO :

Consideramos aqui as grandes massas que em certos momentos políticos se unem ou dividem, por inspiração própria ou seguindo líderes que as atraem, mas geralmente muito menos interessadas por uma política do que pela segurança social ou econômica e pela livre escolha dos seus destinos. Elas mantêm e exprimem os caracteres mais genuínos de uma Consciência nacional e das tradições peculiares ao país, embora se determinem colectivamente menos por idéias do que por emoções, tanto mais suscetíveis e instáveis, quanto menos elevado for o seu nível cultural.

Os sentimentos democráticos deste povo português foram, desde quando ainda não se falava em Democracia, a grande realidade humana da História portuguesa. Tratado por mais de 30 anos como menor delinquente, privado das liberdades fundamentais, isolado de um mundo em progresso galopante por uma censura impiedosa, deprimido em corpo e alma pela subnutrição e pelo terror policial, retardado pelo

lastro de um terço de analfabetos, oprimido por propagandas esterilizantes, exploradas a sua miséria e a sua ignorância, espiritualmente encarcerado, desvirtuadas as suas crenças pelo regresso a um catolicismo quase medieval, esse povo com duas gerações despersonalizadas, deixou de ser no momento actual aquele forte e seguro esteio que durante oito séculos assegurou a independência de Portugal. É nele ainda, na sua consciência rude e magnífica, que podemos depositar as melhores esperanças; — mas não tenhamos dúvidas, algumas fibras das suas melhores energias morais e físicas estarão corrompidas pela indignidade humana que por mais de 30 anos lhe foi imposta.

No mesmo ensaio, o observador estrangeiro a que atrás aludi, escreveu: “No quadro geral da situação portuguesa, milita um factor menos visível mas talvez mais DETERMINANTE: a miséria nacional. Portugal é o mais atrasado dos países da Europa ocidental, economicamente o mais fechado em si próprio, o mais isolado da frente comercial. Na verdade, Oliveira Salazar, pessimista por vocação, estudo e natureza, enfrentou há 30 anos o facto da miséria nacional como fatalidade enviada por Deus — como coisa inevitável e irremediável; e nada fez durante esse tempo para deter a tendência baixista da economia nacional.”

Uma Consciência portuguesa liberta de paixões partidárias, por mais que com isso sofra, não pode deixar de reconhecer a exatidão deste julgamento. E o povo é a grande vítima porque é o grande enfermo.

Na miséria e nas depressões causadas pelo terror policial, ameaçado ainda na sua sobrevivência como país independente, na sua honra de povo soberano e na sua dignidade de grande colaborador na obra mundial de civilização — esse povo, cuja mansidão aterrada é mais aparente que real, depositário de todos os ódios recalcados que as ditaduras suscitam, com as suas reservas de optimismo esgotadas, nas raías do desespero, seguirá explosivamente qualquer movimento que, democrática ou demagógicamente, se desenvolva contra o regimen; está à mercê de um santo, de um herói ou de um aventureiro, de uma corrente redentora como de uma corrente suicida; tão preparado para os grandes milagres em que os povos ressurgem como para os grandes catástrofes em que os povos sucumbem. Sabe desesperadamente o que não quer — ou seja, a miséria, o medo, as incertezas e a indignidade humana — quererá de momento tudo que, bem ou mal, patriótica ou impatrioticamente, lhe der a ilusão de que se liberta —, poderá

inclusivamente nessa cegueira do desespero ser vítima de uma das ciladas típicas de outros ditadores. Não seria a primeira vez que um prisioneiro — individuo ou povo — se evade de uma prisão, mas apenas conseguindo trasladar-se para outra ou perecer. E porque assim é, não serão tão pretenciosas e ridículas como parecem as falas dos líderes de simples grupelhos políticos quando dizem que têm a maioria do povo com eles e que em nome do povo arengam. Qualquer deles teria probabilidades de levar o povo consigo, para o céu ou para o caos, se dispusesse dos meios materiais de arranque, digamos, do detonador que espera a grande massa explosiva em que o povo se constituiu. E isto apesar de, sob a realidade do seu desespero em perigo de alucinação, se manter como realidade profunda, embora de momento inoperante, o facto da maioria esmagadora do povo português ser cristã, tradicionalmente democrática e exaltadamente patriótica.

Estas realidades, por vezes desconcertantes, mas todas efeitos das mesmas causas, saltam à vista de quem quer que desapassionadamente ausculta esse povo violentamente desenraizado, de uma linhagem a um tempo nobre e simples, pacífica e valente, humana e laboriosa. E uma Consciência portuguesa, liberta de ódios, clubismos políticos ou interesses suspeitos, não poderá deixar de admitir que também aqui se assinalam prelúdios de tragédia; tudo depende dos rumos a que esse povo for arrastado com o colapso do regimen.

### III — Os INTELECTUAIS OPERANTES NO SECTOR POLÍTICO-SOCIAL:

Importaria convencer, mas do ponto de vista em que procuro manter-me pouco importa a preocupação de agradar ou desagradar. Tanto pior se desagradar.

Mais de 30 anos de supressão violenta das liberdades fundamentais, com uma censura confiada a oficiais do Exército, complementar dos excessos de propaganda que criaram um mundo artificial; com policia nos moldes da Gestapo constituída em instrumento essencial de Governo e mais alto poder do Estado; a vida de espírito perseguida na imprensa, no livro (até na literatura científica), na rádio, no teatro, na televisão, no cinema, na oratória; a desvergonha protegida em todos os sectores do Poder; a organização do obscurantismo como esteio de governo e administração — tudo isso não poderia deixar de afectar profundamente a Inteligência portuguesa e formar, entre os mais operantes ou influentes nos domínios do político-social, um tipo decadente de

intelectuais moralmente corrompido. E não é tão grande esperança quanto parece, o facto de se encontrarem em declarada ou latente opposição ao regimen os nossos mais altos valores nas artes, nas ciências e nas letras. Só relativamente à miséria mental média dos intelectuais do regimen, os da Oposição são altos valores. As ditaduras corrompem tudo; logram até corromper em certo grau as forças morais e espirituais que se lhes opõem.

Na época em que vivemos formou-se nos países mais fustigados pela guerra ou por grandes convulsões internas, com mais intensidade do que aconteceu em épocas anteriores também de grandes perturbações, um tipo de intelectuais traidores à defesa dos valores humanos que, por direito e dever missionário, compete aos intelectuais. Como o tipo é internacional e de uma época, dando-nos um ponto moral de referência, reproduzimos uma página quase fotográfica de Albert Camus ante o drama franco-argelino, da sua "Cronica Argelina".

*"Quando a violência responde à violência, num delirio exasperante que torna impossível a linguagem simples da Razão, o papel dos intelectuais não pode consistir, como se lê todos os dias, em desculpar de longe uma violência e condenar a outra; atitude cujo efeito duplo é indignar até ao furor o violento que se condena, e estimular o violento a quem se desculpa à prática de mais violências. Se os intelectuais não se unem aos combatentes, o seu papel (sem dúvida alguma mais obscuro) não pode deixar de ser apenas o de trabalhar por um apaziguamento em que as possibilidades da Razão possam tornar a ter lugar. Uma "direita" perspicaz, sem nada ceder das suas convicções, teria tentado persuadir os seus da Argélia e no Governo da necessidade de concluir profundas reformas e do carácter desonroso de certos procedimentos. Uma "esquerda" inteligente, sem nada ceder em principios, teria tentado persuadir o movimento árabe de que certos procedimentos seus eram ignóbeis. Mas não. A "direita", em nome da honra francesa, ratificou quase sempre o que mais contrário era a essa honra. A "esquerda", em nome da justiça, desculpou a maior parte das vezes o que era um insulto à verdadeira justiça. Desta sorte, a "direita" deixou à "esquerda" a exclusividade do reflexo moral, e a "esquerda" por sua vez cedeu-lhe a exclusividade do reflexo patriótico. O país sofreu assim duplamente. Teriam sido necessários moralistas menos prazenteiramente*

*resignados à desgraça da sua Pátria, e patriotas que aceitassem com menos facilidade o que pretendem fazer em nome da França aqueles que praticam a violência. Parece que a metrópole não soube praticar outras políticas além das que consistiam em dizer aos franceses da Argélia "Estoirai que bem o haveis merecido", ou "Estoirai-os que eles bem o merecem!" São sem dúvida duas políticas diferentes, mas uma só abdicação, visto que se trata de viver juntos e não de estoirar separadamente.*

*"Aqueles que lendo isto se irrirem, apenas peço que meditem uns instantes no extravio dos reflexos ideológicos. Querem uns que o seu país se identifique totalmente com a justiça — e têm razão. Mas pode alguém continuar a ser justo e livre numa nação morta ou subjugada? Por acaso não coincide a pureza absoluta de uma nação com a sua morte histórica? Querem outros que o próprio corpo do seu país seja defendido, contra o universo inteiro se tanto fôr necessário — e não se equivocam. Mas será possível sobreviver como povo sem fazer aos outros povos, pelo menos em medida razoável, a justiça? A França morre por não saber resolver este dilema. Os primeiros querem o universal em detrimento do particular; os outros, o particular em detrimento do universal. Mas as duas coisas vão juntas. Para chegar à sociedade humana há que passar pela sociedade nacional. Para preservar a sociedade nacional há que abri-la a uma perspectiva universal. Com mais precisão: se quisermos que a Argélia se separe da França, de alguma maneira ambos os países morrerão. Em contrapartida, se o povo francês e o povo árabe unirem na Argélia as suas diferenças, o futuro terá um sentido para os franceses, para os árabes e para o mundo inteiro".*

Trata-se de um intelectual fiel à missão dos intelectuais, julgando os seus pares que traem essa missão; uns e outros agindo em plena liberdade de expressão. A mesma psicose contemporânea de traição atingiu naturalmente os intelectuais portugueses — mas não só na medida em que não resistiram a causas idênticas, digamos, à relevância do passional sobre o racionalismo adstrito a uma ética humana de pensamento, como também, e muito mais dissolventemente, na medida em que os corromperam a privação de todas as liberdades fundamentais, as dificuldades de contactos com o mundo exterior, as violências policiais e a insegurança económica — em resumo: o medo instilado nas almas como um estu-

pefaciente durante mais de 30 anos. E estes são agentes dissolventes a que só terão escapado ou resistido sem dano de maior, em insignificante minoria, porventura tornada inoperante pelo facto dessa minoria, meia dúzia dos que mais tendo sofrido souberam alar-se acima da pressão exercida pelas suas dores.

Actualmente, deprimido e deformado, corrompido por estes 30 anos, o tipo mais comum do intelectual português operante no sector político-económico e, de alguma forma, influente no complexo de determinantes que podem decidir os destinos de Portugal, oscila entre o erudito muito lido e pouco vivido, livresco e palrador, menos culto do que erudito — e o traficante puro da sua missão e condição, desertado com armas e bagagens do racional adstrito a uma ética humana de pensamento para o passionalismo absorvente das correntes políticas. Por corrupção da condição específica, uns e outros contam muito pouco como valores positivos e esclarecidos da Consciência portuguesa em prelúdios de tragédia. A escassa minoria de incorruptíveis, evidentemente malquerida dos corrompidos, nas circunstâncias actuais, dificilmente poderá superar a influência dos piores quando mais decisivamente se jogarem os destinos da nação.

Esta realidade, evidentemente amarga, des- percebe-se como diluída no jogo de paixões e incertezas que são típicas de épocas abraçadabrantes como a que estamos vivendo. Citada assim, cruamente, convencerá menos do que irritará os intelectuais mais comprometidos. Nem por isso é menos real. Não pode deixar de a considerar, ao isentar-se optimismos ou pessimismos deslocados, uma Consciência portuguesa posta ante os prelúdios de tragédia que ameaçam o país. O povo, nesta emergência, e como dissemos, irá em massa **contra o que não quer**, para onde o conduzirem. Impossível admitir que os intelectuais portugueses não hajam de influir sobre o rumo redentor ou suicida que ele tomar.

#### IV — A JUVENTUDE PORTUGUESA:

Referimo-nos à parte da juventude que, em todos os países e situações nacionais, politizada ou tendendo para a politização, principia a interessar-se pelos problemas nacionais e a interrogar-se sobre os seus destinos; predominantemente a juventude universitária — mas não só essa.

Tradicionalmente, essa juventude era reaccionária. Com a ditadura, apagou-se ao longo de duas gerações; uns, vencidos pelo medo ou pelo suborno, entraram sem dificuldade nos redes do regime, com um S à altura do umbigo, facilmen-

te foram desvertebrados pelos mesmos processos que "acarneiraram" os balilas do Fascismo e as Juventudes Hitlerianas do Nazismo; outros, porventura a maioria, foram tomados pelas organizações católicas que até 1958 apoiaram o regime e foram por este fortemente apoiadas; outros ainda, menos domáveis por temperamento ou formação familiar, talvez maioria também porque muitos eram ao mesmo tempo católicos, mantiveram sentimentos democráticos herdados ou foram atraídos pelos falsos paraísos das propagandas comunistas. Os primeiros, por debilidade de carácter, covardia ou ambições subornadas, (alguns porventura sinceramente), povoaram os quadros políticos e administrativos do regimen, ao qual, salvas algumas deserções, se adaptaram criando interesses próprios que passaram a defender; os segundos seguiram em grande número os primeiros enquanto nas relações entre o clero e o regimen tudo correu, bem para os interesses do clero e do regimen; os terceiros, formando uma oposição confusa sempre infiltrada pela minoria comunista, que se fazia valer por sua organização e actividade, formaram-se em clandestinidade inorgânica, nas prisões da PIDE — até alguns, dos mais seduzidos, na Rússia.

A esta juventude pertenceram ou pertencem os indivíduos que têm menos de 40 anos e só depois da ditadura tiveram vida racional. Apesar do muito que se representou nas prisões, praticamente ela funcionou até 1958 pouco menos do que como rebanho de Panúrgio. Potencialmente, essas gerações traziam consigo aqueles valores de escol que em percentagens maiores ou menores ilustram cada geração. Porém, o regimen fechado em si próprio, não consentindo os jogos livres que revelam os valores ou os seleccionam, deixou a uns despercebidos e corrompeu a outros. Estes, em grande maioria se perderam ou se desvalorizaram por indignidade moral; aqueles, frustrados à experiência política e administrativa de selecção e formação, mas ainda aproveitáveis, onde estão, que provas prestaram, por mais que alguns tenham evidenciado valores morais e intellectuais de opposição? E, contudo, é neles — agora com fé renovada por acontecimentos recentes de rebeldia no sector universitário — que podemos depositar o melhor das nossas esperanças.

A agitação provocada pelas campanhas eleitorais — muito especialmente a de 1958 — não trouxe ainda a idéa revolucionária que o país reclama há mais de um século, nem revelou um lider portador de senso político e animado de um pensamento em que essa idéa se desdobras-

se; mas permitiu refazer uma consciência de liberdade e demonstrar a repulsa da nação pelo regimen; despertou na juventude aquilo que nas juventudes era tradicionalmente reaccionário. Como reflexo do choque produzido em todos os sectores e camadas, essa juventude despertada principia a formar uma consciência; embora ainda rudimentar e desprotegida, esta já a orienta — e, em grande parte, contra o regimen, com o qual só ficam os mais debilitados de carácter e os mais subornados por interesses da oligarquia dominante. A reacção puramente religiosa do Bispo do Porto contra os atentados do regimen à dignidade da pessoa humana, logo secundada por uma boa parte do baixo clero que, mais em contacto com as misérias do povo, já mal se acomodava à situação, movimenta a consciência insipiente da juventude católica que em grande massa adere aos ideais democráticos; é trazida às forças majoritárias mas desorganizadas da Oposição Democrática uma nova força de valor positivo extraordinário. Pelas prisões e mais antros da PIDE principiam a passar Padres e católicos, personagens até então ali desconhecidas; isso acaba de decidir as consciências jovens. A juventude católica ou não, mas estranha às organizações católicas, principia a soltar-se da carapaça do medo e a manifestar-se. Pela primeira vez na história do regimen deflagra e mantém-se, impondo-se ao governo e à policia, uma greve universitária — porventura, no momento em que escrevo, de consequências revirilizadoras, muito extraordinárias. A disciplina férrea do Partido Comunista desilude, pelo seu materialismo, boa parte da juventude captada; as suas propagandas fixam outra parte pouco numerosa mas activa. Comunistas e filo-comunistas bem conscientes do anti-comunismo da nação, infiltram-se sob máscara de democratas da esquerda; occultam sua ideologia e fins provocando nas massas democráticas da juventude desligadas das organizações católicas confusões de toda a ordem, que o próprio regimen favorece ao acusar de comunismo todos os seus adversários e atribuindo assim à minoria comunista uma importância que em verdade não tem.

Quer dizer: no momento actual a juventude portuguesa, suscitada por aqueles reflexos reaccionários que são fenómenos tradicionais, politicamente formada pela resistência nela despertada contra a opressão corruptora durante 30 anos exercida, com as naturais inquietações quanto ao futuro comum às juventudes de todo o mundo, e com menos possibilidades de escolher destino, intuitiva e sentimentalmente democrática, em



sua ansiedade de liberdades que nunca conheceu, perdidos quase os contactos com o mundo livre e de um modo geral com todos os mundos, sem escola nem experiência política, sabendo o que não quer mas desorientada quanto ao que pode querer, e na posse de suas virtualidades de juventude, de suas almas menos corrompidas, auto-formada na parte que não foi deformada — justifica as esperanças mais sólidas que podemos alimentar; mas justifica também, como o próprio povo, receios fundados quando se pensa nas correntes demagógicas que a podem suscitar.

De qualquer maneira, será muito pesada a herança que ela vai receber.

Mas não seria caso virgem que um concerto de energias do desespero sacasse imprevisivelmente uma nação dos níveis em que a tragédia se anuncia para as altitudes onde a glória começa.

#### V — AS FORÇAS ARMADAS:

O conjunto militar a que se chama as "Forças Armadas" — porque, enfim, constituem uma força e dispõem de armas — foi, e cuidado não exagerar, o conjunto orgânico e social da nação mais corrompido pelo regimen. Quem sentimentalmente pudesse ter dúvidas, certamente as perdeu depois da prova vergonhosa a que essas forças foram submetidas no Estado da Índia pelo gangsterismo político do ex-pacifista Nehru; prova de corrupção espiritual só comparável à que deram comunistas portugueses quando em coro com a Rússia e com a China felicitaram o agressor. Destruídas como forças de defesa nacional e, neste ponto anti-militarizadas, segregados delas os melhores valores portadores de suas virtudes militares específicas, repovoados os seus quadros, especialmente nos altos comandos, para a defesa do regimen em subordinação à PIDE, transformaram-se em forças armadas sub-policiais como corrompida guarda pretoriana de um Estado policial. Conheceram assim a evolução fatal de todas as forças armadas em todas as ditaduras que não se exercem sobre grandes potências militares.

Com os seus defeitos e qualidade, mas ainda com vivos sentimentos militares de defesa nacional as forças armadas responsáveis pelo destino que teve o golpe de 28 de Maio de 1926, embora muito minadas pela política, não teriam suportado nem a ditadura orgânica nem os desvios que, desde o ponto de partida, o regimen foi sofrendo; algumas reacções o demonstraram. Também assim o compreendeu o regimen, que as destruiu como forças de defesa nacional e as

organizou, por corrupção da qualidade militar, como forças policiais de uma oligarquia financeira. Quer dizer: nem estas forças têm a menor consciência das responsabilidades contraídas pelas de 1926, nem delas se pode esperar, ante as núvens de tormenta que toldam o céu nacional, qualquer acção positiva de reparação com um sentido superiormente patriótico. Constituem uma espécie de tropa mercenária de má qualidade, pronta a obedecer a quem lhe for pagando. Evidentemente, surgem de quando em quando, nos últimos tempos, excepções verdadeiramente militares; seus inconformismos latentes ou declarados alimentam as esperanças dos que ainda acreditam em levante militar. Mas não se tomem as núvens por Juno; esses valores, embora entre as massas dos mais jovens mais numerosos do que poderia supor-se, encontram-se tão dominados e vigiados pela policia política e pelos altos comandos que quase apenas valem pelo valor individual, como os valores civis menos corrompidos pelo medo e pelas inquietações económicas.

Concluindo: tudo parece negar fundamento a quaisquer esperanças numa intervenção das forças armadas para evitar a tragédia que nos ameaça, para nos libertar, e menos ainda para representar um papel de sadio patriotismo na situação que sucederá à queda do regimen. Per mais que humanamente deseje iludir-se, uma Consciência portuguesa liberta de paixões e interesses suspeitos, não poderá deixar de encarar mais esta realidade, aliás relevante na agonia de todas as ditaduras.

#### VI — O PROLETARIADO:

A sua situação, as suas possibilidades, a sua personalidade política e moral, a sua força social, a consciência dos seus direitos e deveres em sociedades humanas, decorrem das mesmas causas que desconcertaram a estrutura moral do povo em geral. Privado de todos os meios legais, ou simplesmente pacíficos, de luta por uma vida melhor, perseguidas como criminosas as suas mais elementares aspirações, ignorante de todas as idéias e movimentos proletários que se agitam no mundo do qual a censura e as propagandas do regimen o isolam — não só não tem podido organizar-se, como — pior ainda — lhe foi imposta tutelarmente uma organização estatal tendente a reduzi-lo à submissão dos rebanhos. Nominalmente, este proletariado está distribuído por diferentes sindicatos e organizado em diferentes sectores da chamada organização corporativa — mas tudo isso não é mais do que um sistema eufe-

místico dirigido por agentes do Estado e destinado a resolver os problemas do proletariado conforme os interesses da oligarquia que o explora. Certamente, este proletariado tem a consciência da sua miséria material e da sua miséria moral — mas, em grande parte submetido pelo medo, por outro lado sem tino esclarecido quanto aos meios de luta que lhe resta tentar, está a mercê, como o povo, de todas as idéias e movimentos que lhe dêem a ilusão de que caminhará para uma vida melhor. Comprometer-se-á inclusivamente a favor de uma ditadura do tipo comunista que o manteria no mesmo rebanho mas com outros pastores. Quando se decidir ou o decidirem, seguirá, como o povo e com o povo, a corrente suicida ou a corrente redentora.

Na clandestinidade a que o regimen obriga a exercer todas as aspirações humanas, todas as discordâncias políticas e todas as ansiedades de progresso — é sobre esta massa trabalhadora, que integra a parte mais miserável da população, que o Partido Comunista e os seus agentes se aplicam com mais insistência e mais esperanças — e não só com as vantagens da sua organização como também com todos os sortilégios de uma propaganda que o menos que lhe oferece é o Paraíso. Não há operário português que não tenha os ouvidos atulhados de todas as maravilhas que o Comunismo promete às misérias de todo o mundo e que saiba de ciência certa o que em verdade é a vida proletária nos países onde o comunismo se instalou. Do que o esquerdismo socialista realizou na Escandinávia, do alto e humano estilo de vida que o proletariado aí alcançou, eles ignoram tudo, possivelmente até a existência desses países no mapa do mundo — dos paraísos artificiais na Sino-soviécia, conhecem todos os contos de fadas. Contudo, não se poderá dizer que o comunismo tenha feito, entre o proletariado português, as conquistas que desejaria. Terá realmente realizado uma certa agitação sem raízes ideológicas, mas não fez um grande número de adeptos. Ou porque os sentimentos católicos da maioria, ou porque, apesar de tudo, da opressão exercida pela Rússia sobre os seus satélites e sobre o seu operariado, alguma coisa se tenha exercido como contra-propaganda, a verdade é que o proletariado português mostra maior tendência para um socialismo anti-comunista do que para as fórmulas socialistas exercidas pela supressão da liberdade. Simplesmente, acerca de tudo isto, ele não tem nem defende senão idéias obscuras que mais parecem forças instintivas do que idéias. Cumpriria aos líderes democráticos — e em especial os das correntes esquerdistas — orientar, conduzir, esclarecer. Mas em Portugal

de hoje toda essa obra só seria realizável numa clandestinidade para que os democratas estão menos preparados e menos ajudados do que os comunistas.

Uma consciência portuguesa tem de considerar esta realidade — de uma importância mundial actualmente extraordinária e no país subdesenvolvido que ainda somos — sem receios paralisantes nem optimismos deslocados; ela será uma das grandes presenças no momento decisivo em que houver de defender contra a tragédia os destinos de Portugal.

## VII — A OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA:

Trata-se do capítulo em que a objetividade é mais difícil. Por um lado, sendo a filosofia democrática, pelo seu conteúdo eminentemente humanístico e pela soma de virtudes que exige aos democratas, dificilmente aceitável, em sua pureza, pelos defeitos mais correntes de uma humanidade em que as lutas de classe são ainda realidade comum; por outro lado, e por isso mesmo, apresentando-se a interpretações deformantes mais ou menos dolosas, que na prática a corrompem — é a Democracia a mais traída das ideologias políticas. Acontece com ela o que acontece com o Cristianismo; uma religião cuja filosofia também mal se adapta aos defeitos mais correntes da humanidade e que também é a mais traída de todas as religiões. Pela transcendência do seu conteúdo humano, tem a Democracia mantido através dos séculos o seu cunho como ideal dos povos na sua aspiração a serem bem governados; pelas dificuldades e fragilidades da sua aplicação, ou, melhor, em sua transposição do nível abstrato da idéia para os planos da concretização, ela tem constituído no mundo raras vezes coisa mais perfeita do que “a fórmula menos imperfeita de governar povos”. Com os defeitos das suas qualidades, exigindo um mínimo de condições humanas, morais e espirituais raramente realizadas, é uma ideologia vulnerável como poucas à traição e às piores deformações. Tolerante, a ponto de se abrir ao livre exercício dos mais intolerantes; defensora das liberdades humanas até ao desarmamento ante a liberdade licenciada dos liberticidas; igualitária, mal defendida contra a necessidade cada vez mais premente de seleccionar valores morais e políticos; justiceira, até ao consentimento de que, por dúvida, grãos de areia sejam enormes como pedras nos mecanismos judiciais; generosa a ponto de consentir víboras em seu seio; pacifista até se expor às piores violências facilitando o seu exercício; transigente até ao risco de demagogia — a Democracia torna-se fa-

cilmente corrompível pela multidão pluriforme dos maus democratas, como o Cristianismo será pela multidão dos maus cristãos. As infidelidades ideológicas, as ignorâncias ousadas, os tartu-fismos habilidosos, as ambições descontroladas, os interesses suspeitos os mais anti-democráticos agentes de corrupção democrática — até os ditadores em potência — encontram como defeito, nas qualidades de tolerância, liberdade, igualdade, pacifismo, justiça e generosidade da Democracia, como se fossem espécie e variedades de parasitas hematófilos, magnífico terreno de acção infecciosa. E só assim não será quando os povos que ela dignifica e eleva atingirem o nível de civilização que a maioria está longe de alcançar. Os defeitos de que a acusam os dos sistemas totalitários, e de que se queixam muitos dos que mais a criticam do que a servem, são apenas os defeitos dos povos e sobretudo dos políticos que, por pecado ou insuficiência, a estão traindo; até mesmo os defeitos de muitos dos seus filósofos e educadores, que das suas torres de marfim não descem a contactos mais inteligíveis com o povo e os políticos. Realmente, pode-se muitas vezes descrever dos democratas que praticamente conduzem os sistemas democráticos — mas nada permite descrever da própria Democracia, única filosofia de base para o governo humano e progressista dos povos. Só ela contém, na medida em que os povos como homens coletivos se elevarem, todas as potencialidades humanas de progresso e dignificação. Isso se tem demonstrado sempre e se demonstra ainda, até nesta conturbada época em que a Democracia sofre o mais homicida de quantos assaltos a têm sangrado. Se neste Ocidente a que pertencemos, em que a Democracia se defende e de onde irradia como garantia de paz, temos de reconhecer desvios de pensamento democrático que correspondem a verdadeiras traições ideológicas e favorecem as ofensivas de desprestígio, temos também de reconhecer que neste mesmo Ocidente ocorre o exemplo dos países escandinavos, onde o exercício autêntico de uma Democracia social pela liberdade perfeitamente estabelecida e perfeitamente entendida, vencendo condições climáticas ingratas, superiormente encaminha e resolve os problemas de que mais dependem a paz do mundo e a felicidade dos povos: os problemas da carência econômica, da cultura, da exploração do homem pelo homem. É verdade — e nenhuma propaganda o poderá falsear — que, por vezes, os regimens democráticos do Ocidente se desprestigiam sob formas contraditórias com os princípios, e que em alguns a expressão demagógica ignora o fundo democrático; é verdade que as responsabilidades da De-

mocracia podem aparecer comprometidas nos Estados Unidos pelo domínio de oligarquias entorpecedoras em sua ânsia de lucros ou pelos desatinos racistas de uma minoria mal educada e mal reprimida; na Inglaterra, pelo egoísmo comercialista das instituições econômicas; na França, por problemas de emergência que precipitadamente deslocam uma posição de primado universalista para uma posição egoistamente francesa; na OTAN pela sua espúrea associação com Estados totalitários e pela sua infidelidade ideológica às disposições fundamentais do seu Estatuto; de uma maneira geral, pelo domínio de políticas chamadas da “direita”, muito vulneráveis à infiltração de agentes totalitários de tipo fascista e pela oposição de políticas chamadas de “esquerda”, não menos vulneráveis à infiltração de agentes totalitários do tipo comunista — perigos avolumados por uma política geral de bloco puramente defensiva e sem unidade. Mas é verdade também — e essa prova é saciedade as possibilidades de uma verdadeira Democracia — que esta, mesmo nos sectores mais ambiciosos, se realizou pelo progressismo de uma esquerda verdadeiramente democrática e, portanto, sagradamente apegada ao exercício das liberdades essenciais, sem instrumentos de violência e sem ofensa aos direitos de um pensamento conservador como factor de equilíbrio, desde que submetido ao culto da mesma liberdade. Realização tão notável e gloriosa para a Democracia que só por absurdo desta época absurda em que vivemos se pode admitir que a ditadura russa, com as suas hecatombes, as suas miragens de um social sem liberdade, o seu materialismo inumano, os seus desvios para o capitalismo de Estado, para o colonialismo e imperialismo avassaladores e para a formação de uma aristocracia burocrática, possa tentar propagar-se como refúgio benigno — um refúgio em que a humanidade se vê acossada por todas as formas da miséria econômica e espiritual. E isto, enquanto aquela profunda e triunfante revolução escandinava permanece como a menos revelada — ela que é o supremo figurino dos meios que demonstradamente levam à paz, à prosperidade, à integração do homem nos ideais humanos. Dir-se-ia que, em sua alucinação, as ânsias de paz e progresso convertidas em violência e desordem são meros pretextos de uma sub-consciência animal transviada para propósitos suicidas.

É assim encontramos em Portugal, como em todo o Ocidente, a permanente dificuldade de praticar, no poder ou na oposição, uma democracia sã contra os elementos que a corrompem; e o perigo de sermos tomados pelos totalitarismos, da direita ou da esquerda, que encontram na violen-

cia a solução de todas as dificuldades. A Democracia exige do povo, pelo menos, tato na escolha dos seus representantes — o que corresponde a um mínimo de educação cívica que não está nos programas das ditaduras; exige destes representantes não só tolerância e espírito de justiça, mas também autoridade moral e força de carácter na luta para não deixar corromper uma ideologia superiormente humana. As ditaduras são discriminatórias, não conhecem essas dificuldades; os ditadores são violentos até ao genocídio, mas em geral caracteres débeis que não sabiam resolver problemas sem a volúpia da violência.

Passemos porém deste quadro simplesmente esboçado de realidades comuns e generalizadas da Democracia, no mundo livre — e que em verdade só é livre relativamente ao mundo em que as liberdades fundamentais foram suprimidas — para o quadro dum país como o nosso, desenraizado das suas tradições democráticas durante mais de 30 anos, com duas gerações que só conhecem a ditadura e praticamente isoladas dos grandes debates em que se forma a opinião internacional.

Neste quadro comum a todos os países submetidos a ditaduras prolongadas, a Oposição democrática foi constituída a princípio pelos vencidos, modelarmente integros da democracia derrotada, a seguir pelos que mais prontamente se desiludiram do novo regimen. As organizações partidárias, a própria virilidade democrática, logo foram batidas por forças liberticidas ante uma nação mais recordada dos erros que haviam preparado o advento da ditadura do que da propaganda democrática. Rapidamente se perderam todas as possibilidades de manter uma organização. Contra os esforços e idealismo dos melhores, os maus democratas haviam corrompido a Democracia antes de 1926. Fatalmente, as forças democráticas, depois de 1926 reunidas em oposição ao Estado Novo”, não teriam grande autoridade moral ante um povo desiludido. Do outro lado, cavalgando a vitória obtida sem sangue, um regimen que, embora liberticida, poderia ser transitório, exercia-se com o prestígio da novidade reactiva e sem passado pelo qual tivesse de responder, assumia facilmente aspectos dessa autoridade moral perdida pela administração banida. Assim, enquanto o novo regimen partia com todas as vantagens para a sua catastrophica aventura, os políticos da Democracia em oposição retrocediam acossados por todas as desvantagens. Quando o povo se deu conta do logro em que havia caído — isto é, quando o outrora novo regimen começou a ter um passado de corrupção, de miséria popular e de supressão de todas as liber-

dades, infinitamente pior que o da chamada Democracia Representativa — já as forças de oposição democrática estavam sem o mínimo de organização e coesão necessários a mobilizar e conduzir os sentimentos de oposição presentes nas massas, mais pelos próprios desmandos do Poder do que por acção de uma liderança de políticos.

Privada dos direitos de expressão do pensamento, de associação e reunião; cortadas todas as possibilidades de contacto com a Nação; proscrita como corrente política; acossada permanentemente por propaganda infamante; amordaçada em todas as manifestações de discordância ao regimen totalitário — inclusivamente quando se autorizaram campanhas eleitorais; lançada a uma clandestinidade perigosa ou para o exílio; cercada pela insegurança económica; esterelizada pela censura; submetida pelas formas gestapianas de violência policial; sem instâncias de recurso; sem amparo nem compreensão do exterior democrático; sem dinheiro — a Oposição democrática, na medida em que alastrava o sentimento de revolta das massas e este emergia das violências do regimen, não só se dividia e desagregava em grupelhos e grupos, juntas e ligas, como também, no desespero da sua impotência, perdia o tino democrático a ponto de aceitar em seus desordenados combates à ditadura, como útil e possível, o comando não declarado mas efectivo da corrente comunista; quer dizer, dando estupidamente ao ditador e sua oligarquia, já em vertente de decomposição, apoio poderoso à falsa tese do perigo comunista convertido em polo do seguinte dilema: em Portugal só poderia sair-se do salazarismo para o comunismo. A ditadura corrompendo tudo corrompera também a inteligência colectiva da Oposição formada por políticos democráticos. Uma pequena minoria de comunistas activos e organizados, dispondo de poderosos auxilios em dinheiro e estratégias políticas, especialmente em movimentos na clandestinidade, sem escrúpulos quanto aos meios de alcançar fins, conseguia (ainda em parte consegue) por infiltração, pela ilusão que criou sobre o seu valor combativo, que neste país anti-comunista uma oposição democrática, e portanto anti-totalitária, se traisse a ponto de crer que em alianças com comunistas e filo-comunistas poderia libertar-se de uma ditadura fascista sem o risco de cair numa ditadura comunista que se introduziria em Portugal como se introduziu em Cuba. Esta contribuição valiosamente contribuiu para a estabilidade do regimen; tem de preocupar-nos nestes prelúdios de tragédia, pois já não se nos impõe exclusivamente que derrubemos o regimen totalitário que nos conduziu à beira da catástrofe, mas sim, tam-

bém, que após a sua queda inevitável, evitemos que outro regimen o substitua e precipite a mesma catástrofe. Evidentemente, esta opposição de democratas, que com eles têm a maioria esmagadora de uma população de tradições democráticas e formação cristã, **não quer o comunismo** nem admite qualquer forma ditatorial como herdeira do regimen vigente; porém, temos de re-crear que ante a desorganização e desorientação que as circunstâncias impuseram, ante os seus desvairios compreensíveis mas dissolventes, as suas dissidências de impotentes, a desordem das suas esperanças românticas — a Nação possa ser levada a cair na situação que menos quer, como aconteceu à Nação que na Sierra Maestra se bateu democraticamente contra uma ditadura fascista.

Contra esta decomposição da acção democrática têm lutado sempre, ora tolhidos pelas dificuldades de comunicação de pensamento, ora pelo passionalismo inclarividente de muitos democratas militantes, alguns dos mais notáveis valores do pensamento democrático português, obrigados por incompreensão ou emulação de mediocres a um franco-atiradorismo ideologico.

A Oposição Democrática militante exerce-se hoje mais esperançada num milagre ou jogo de circunstâncias estranhas do que em sua própria acção; sem coesão, sem orgânica, através de acções pessoais ou de grupelhos desordenados; uns minados por desespero ou desânimo, outros norteados por ambições e ciuemeiras de mando; cada individuo e cada grupo com a sua estratégia teórica, com o seu plano ou simplesmente o seu modo de ver — todos mais desconfiados daqueles que mais valem do que os mediocres a quem pensam arrebanhar. Nessas pessoas e grupelhos, de todos os relevos e até sem relevo, alguns convertidos em profissionais ou empresários de conspirações, surgem as diversas correntes do pensamento democrático, desde os monárquicos liberais e os conservadores republicanos, à direita, até os sociais democratas na extrema esquerda — os da extrema direita vulneráveis à infiltração fascista; os da extrema esquerda vulneráveis à infiltração comunista e por ela manobrados com facilidade; uns e outros mais notáveis pelo passionalismo clubista do que pelo conteúdo ideológico. A impressão de conjunto é assim a de uma apagada e vil tristeza, de fadiga espiritual, convertidas em desânimo — estado de que saem alvo-rocadamente atrás de qualquer boato para quando as esperanças novamente se perdem tornarem a cair em profundos desalentos. Na sua fadiga, compreensível após mais de 30 anos de provações, perdida a capacidade de “durar” que é a

grande virtude dos vencidos, esperam de tudo e qualquer coisa o que já não esperam deles próprios: um acontecimento internacional, um rebate de consciência democrática mundial, que tornem impossível a sobrevivência das ditaduras ibéricas; a morte natural ou violenta do ditador; um movimento revolucionário anti-salazarista contanto que não lhes exija participação directa nem sacrificios de tempo ou dinheiro. Nos momentos de exaltação, acreditam tão facilmente num heroi de boa vontade como num aventureiro sem escrúpulos nem ideais. Da inércia em que vivem responsabilizam a passividade do povo com muito menos razão do que ele teria para responsabilizá-los duma paisagem moral conhecida nas opposições democráticas a todas as ditaduras prolongadas por mais de 20 anos. Isto não impede, porém, que nessa paisagem desoladora se assinalem incansáveis valores individuais, extraordinários pela persistência e firmeza, pelo aprumo moral, pela resistência ao sofrimento, pelo desinteresse pessoal, e até pelo comportamento intelectual. E' desesperante a mistura irremediável dos melho- res e piores, dos bons e maus, dos egoistas e altruistas, dos fracos e fortes, com os menos desejáveis a embarçarem e a entorpecerem — às vezes com razões inconfessáveis! — a acção que outros poderiam desenvolver. E também isto é uma das formas que assinalam a corrupção moral produzida pelas ditaduras — porque resulta menos de deficiências individuais que da quebra dos elos humanos que só na liberdade se formam e desenvolvem.

Os elementos militantes da Oposição Democrática — e aqui assinalo que a ela pertencendo não me poupo menos às censuras que justamente mereça do que poupo quaisquer outros — encontram-se também geográficamente dispersos. O maior número, em Portugal e no Ultramar português; um número reduzido mas dispondo de uma maior porcentagem de homens de acção, constitui núcleos de opposição exilados ou emigrados, sobretudo no Brasil, mas também em França, Inglaterra, Estados Unidos, Venezuela, Canadá e alguns países e colónias africanas. Os primeiros, sob vigilância policial, e em alto número hóspedes das prisões da PIDE; grande parte, amedrontados e moralmente deprimidos, fazem o que podem e como podem — mas podem naturalmente muito pouco e poucas vezes; os segundos, gozando as liberdades permitidas pelos países em que se encontram (às vezes muito reduzidas pela extensão além fronteiras dos poderes liberticidas do regimen), mais ou menos adaptados à vida do exilio, sempre em menos pior situação do que teriam em Portugal, falam e escrevem muito mais

do que os nossos irmãos emudecidos pela censura, mas fazem na verdade muito menos do que poderiam fazer; praticam uma oposição mais ou menos clamorosa... nas horas vagas, salvas excepções notáveis que muito têm contribuído para acelerar a decomposição do regimen. De um lado e outro, a eterna farsa dos comunistas e filo-comunistas disfarçados de democratas; de um lado e de outro, surgem lideres mais ou menos efémeros para essa oposição praticamente decapitada.

Esta situação é muito mais lamentável como consequência lógica de uma ditadura dissolvente de qualquer valor, do que vergonhosa como manifestação de incapacidade. Assim aconteceu em todos os países assolados por ditaduras prolongadas; tanto mais quanto não funcionando no próprio Ocidente democrático a universalidade dos ideais democráticos, vemos as grandes potências democráticas favorecerem a sobrevivência dessas ditaduras; até pelas relações que com estas mantêm, tornam mais estéreis as possibilidades de organização e acção das oposições democráticas. A realidade é esta, e não se vê ante circunstâncias criadas desumanamente no interior e apoiadas do exterior, como poderia ser de outra maneira. Não seria assim se esta oposição tivesse, ao menos, do Ocidente a que pertence e em cujos interesses de civilização se integra, auxílio, ao menos, aproximado daquele que encontra no bloco russo qualquer corrente totalitária comunista.

Contra o desânimo que tal situação suscita, insistamos, há que reconhecer a existência de alguns valores irredutíveis que não desarmam e não cedem ao medo e à fadiga; e o facto aparentemente paradoxal do sentimento oposicionista ser cada vez mais vivo, com um número de opositoristas cada vez maior. Quer dizer: devemos contar com potenciais indestrutíveis que, em dado momento, concretizem o poder de recuperação que é um dos seus atributos. Esses potenciais já uma vez ou outra se manifestaram, demonstrando a possibilidade de agregar e orientar os valores dispersos e chocar a consciência do mundo democrático, não só contra o totalitarismo salazarista como contra os designios do totalitarismo comunista. Tiveram as suas expressões mais altas e demolidoras para o regimen na campanha eleitoral de 1958 e na operação revolucionária realizada por 24 homens no navio "Santa Maria", rompendo as circunstâncias imobilizantes da inorganicidade da oposição e comprovando possibilidades aparentemente inacreditáveis; a ponto de na primeira se ter podido decidir a revolução libertadora se a sorte nos

houvesse favorecido com um lider mais devotado e politicamente menos incapaz de corresponder às esperanças que suscitou; e na segunda se a falta de recursos financeiros a não houvesse detido.

O que nesta situação, olhada com angústia mas sem paixão, define prelúdios de tragédia, conduziu à tentativa de alguns exilados, e quanto possível em correspondência com os valores democráticos da metrópole e Ultramar português, para organizar as forças anti-totalitárias em vista à melhor orientação a seguir, no momento que trágicamente se aproxima.

Uma consciência portuguesa liberta de paixões tem de considerar estas realidades tais como cruamente se apresentam. Para que assim se apresentem, todos nós como portugueses pecámos. E' indispensável um acto de contrição se como portugueses nos quisermos manter.

#### VIII — A OPOSIÇÃO COMUNISTA E FILO-COMUNISTA:

O comunismo em Portugal, representado por pequena minoria sem possibilidade de expansão numa população com 80% de católicos, só depois de 1926 se afirmou como presença organizada. Antes, na liberdade democrática parlamentar, não conseguira assentar no Parlamento um só deputado. A ditadura do tipo fascista, perseguindo-o, depois fazendo dele quase misticamente uma das razões pretextais da sua existência e sobrevivência deu-lhe o prestígio de que ele precisava para com tão escasso número tentar realizar os seus fins. E nunca mais em Portugal (como em Espanha) os comunistas de um totalitarismo simetricamente oposto ao totalitarismo fascista de Salazar e Franco, deixaram de funcionar, se não como aliados pelo menos como sustentáculos do fascismo ibérico e de receber deste o mesmo apoio; tanto mais eficientes quanto nunca lhes faltaram democratas ingénuos a suporem que pelo facto da sua oposição declarada ao regimen fascista os comunistas poderiam constituir sinceramente aliados de emergência no combate à ditadura. Estes democratas de contraplacado, com a mesma inconsciência democrática dos que criaram condições à instalação da ditadura, nunca compreenderam que há muito mais afinidades entre o salazarismo e o comunismo, como espécies totalitárias que são, do que entre qualquer forma da Democracia Representativa e o comunismo. Nem entendem que este, interessado certamente na queda do regimen fascista, quer coisa muito mais parecida com o fascismo do que com a Democracia; nunca compreenderam que

qualquer acção comunista, quer, em Portugal ou no Ultramar, o mesmo que tem mostrado querer em todos os países onde pretende expandir-se: a desordem económica e social, demagogia mascarada de Democracia, redução das sociedades humanas ao caos, piorar as condições de miséria das populações — e assim criar condições à sua intervenção como saída para os estados de desespero colectivo. Nunca entenderam muitos desses democratas que, ao aceitarem a colaboração anti-salazarista ou anti-fascista dos comunistas, para mais férreamente dirigidas pelos interesses de uma potência estrangeira e muito menos lusófilos do que russófilos, ao consentirem alianças sob a invocação de uma unidade falsíssima (unidade que os comunistas incansavelmente propõem), não só favorecem a sobrevivência do regime a combater, como se tem visto, como tornarão ainda mais pesada a pesadíssima herança que o regimen lhes prepara. Ainda não perceberam que o número e capacidades ilusórias dos comunistas, resultam sobretudo da aura de “perigo” que o regimen salazarista lhes atribui. O seu valor real só como agitadores demagogos é efectivo; e os processos demagógicos de que se servem comprometeriam todas as possibilidades de funcionamento de uma Democracia; nunca compreenderam que essa minoria é muito mais perigosa para a Democracia pela qual lutamos do que para o regimen salazarista. E quando alguns sinceramente dizem que “sem a colaboração dos comunistas nada será possível”, o que os construtores da Democracia precisam compreender é que para construí-la com a participação dos comunistas “tudo será impossível”. Eles embarçam-nos, contrariam-nos ou comprometem-nos sempre que podem por bem saberem, sob a sua máscara de democratas, que a Democracia verdadeira é a morte do comunismo.

A revolução social-democrata que em verdade se torna, para Portugal, condição de vida ou morte, não precisa colher nos programas sociais, mais prometidos do que realizados do comunismo, nada que no Ocidente democrático não se tenha já realizado na liberdade, e sem violência, por obediência cívica às leis — por exemplo, nos países escandinavos. O pensamento de um esquerdismo verdadeiramente português e de sentido cristão, tão necessário à solução dos presentes problemas nacionais, só pode realizar-se mais facilmente, mais humanamente, em regimen de Democracia representativa e contra os riscos de um envenenamento totalitário.

A Oposição Comunista, compreendendo filia-dos e conhecidos comunistas na maioria exilados (está na Rússia o mais representativo), exercen-

do uma direcção discreta mas efectiva, mal se mostra, portanto. A falange operante de filocomunistas camuflados em “democratas” da esquerda e obedecendo aquela direcção, é uma força de confusão e corrupção do pensamento democrático, majoritário, ao qual procura sobrepor-se como o cinismo se sobrepõe à candura; representa para o futuro próximo um perigo para o país e para toda a Península, e um perigo também para todo o Ocidente livre. Com inteira razão se pode dizer dela que a sua acção **pode provocar graves atritos internacionais e pôr em perigo a paz e a segurança internacional.**

Procuo sinceramente evitar qualquer deformação das realidades e não me deixo levar na corrente de sentimentos anti-comunistas, menos ainda por paixões de tipo maccartista, tão odiosas no comunismo como no fascismo.

Socorro-me uma vez mais de apreciações críticas de outros observadores.

A propósito do ataque a um quartel de Beja, em 31 de Dezembro passado, Santana Mota, tipo perfeito de homem e de político honrado, publicou no diário “O Estado de S. Paulo” um artigo geralmente apreciado como claríssimo flagrante da acção e propósitos da opposição comunista e filocomunista, do qual reproduzimos:

*“Era inevitável. O governo português não podia deixar de atribuir o golpe militar de Beja aos comunistas. E já agora, não nos surpreenderá também absolutamente nada que estes últimos aceitem, com um calculado silêncio, a acusação que se lhes faz. Uma e outra coisa convém reciprocamente a ambas as partes: ao regimen de Salazar, porque esse é o meio de amedrontar, internamente, a ala conservadora da Oposição, e, externamente, as democracias europeias, para as quais uma segunda frente do comunismo na Europa significaria o cerco e o isolamento da parte central do continente; e convém aos comunistas porque o papel de relêvo que o salazarismo não menos calculadamente lhe confere no tablado da politica lusitana, apresenta-se aos olhos do povo português com uma força e importância que na realidade não tem.*

*“Este jôgo duplo, de que tácitamente participam e aproveitam tanto os comunistas como o regimen de Salazar, tem sido profundamente nocivo à unidade e acção da verdadeira opposição democrática portuguesa. Nocivo dentro do país, antes de tudo, porque sendo os comunistas invariavelmente citados pelo governo como autores ou fomentadores de tôdas as manifestações de desagrado e*

*de todas as tentativas de revolta, eles assumem perante a opinião pública as proporções de aliados valiosos que, além de um erro, seria traição e ingratidão menosprezar. E é até nesse parecer que os comunistas se escoram para apregoar a necessidade de congraçamento de todas as correntes partidárias — desde, naturalmente, que lhes caiba a parte preponderante. ....*

*“Claro que, embora como democratas nos repugnem, os métodos comunistas são perfeitamente compreensíveis. Todo o mundo sabe que eles pensam e actuam não em função dos problemas dos respectivos países, mas em obediência a diretrizes que recebem de determinado ponto do exterior. O que não é fácil compreender senão pela flagrante similitude que necessariamente tem de existir entre tendências totalitárias, por mais diferentes que sejam em aparência, é que o regimen salazarista não percebe o perigo que advirá para o país dessa estranha e secreta mancebia. E não só o regimen salazarista: até aqueles pretensos democratas que fazem causa comum com os comunistas”.*

Por outro lado, o mesmo observador estrangeiro já citado atrás sobre outro ponto de vista, comenta:

*“A reacção em cadeia que se iniciou com a tomada do “Santa Maria” e que em 1962 encontrará possivelmente seu ponto culminante, pode ter conseqüências trágicas não só para Portugal mas também para o resto do mundo livre, especialmente para Espanha.*

*“A oposição ao sistema português pode polarizar-se em favor de uma só tendência: a comunista. Os comunistas, pela sua organização, pela ajuda que recebem da Rússia em armas e sobretudo em estratégias, encontram-se mais capacitados para a capitalização emocional da oposição contra Salazar, inclusive a do tipo liberal democrático e anti-comunista. O Partido Comunista não é muito grande mas mostra-se terrivelmente activo. A Oposição Democrática mostra-se desconexa, não conta com alentos do exterior, é simplesmente romântica, inorgânica. Nestas condições, o mais provável é que em Portugal se repita o fenómeno de polarização passional a favor do comunismo, não por acção ideológica, pois Portugal é visceralmente anti-comunista, mas porque o comunismo, por trás do biombo de uma oposição supostamente democrática, é o meio mais eficaz para a destruição do regimen.”*

Uma Consciência portuguesa liberta de todas as paixões partidárias, compreenderá certamente que se manifestam prelúdios de tragédia nacional numa situação tão grave como aquela em que a ditadura vai deixar o país, se houvermos de entregar o papel que ela pretende representar para nos conduzir ao caos, a outra corrente totalitária especialmente anti-portuguesa e anti-occidental. Esta nos reduziria ao satelitismo (os povos de além-Cortina, ou, pela reacção nacional e ocidental, nos lançaria nos braços de outra ditadura fascista.

## IX — O PROBLEMA ULTRAMARINO: COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO:

Portugal, com oito séculos de independência e lugar de enorme relevo na História da Civilização, tendo sobrevivido a tão diversas vicissitudes, é hoje julgado como se apenas nas últimas décadas tivesse existido, como se pudessem identificar-se numa e mesma coisa, a Nação e o totalitarismo que a ocupa. Quer dizer: vítima de erros e pecados de uma ditadura, Portugal responde como se a própria ditadura fosse por esses erros e pecados, de que é a vítima mais ferida. É isto, porque o próprio ditador, sobrepondo ao patriotismo o falso nacionalismo de todos os ditadores, se impôs por meios de força como se ele e o regimen que criou se confundissem com a própria nação; e porque o chamado Mundo Livre, desatento e imprudente, como tal o reconheceu e com ele tem mantido relações — até as mais anti-democráticas. O mundo do totalitarismo comunista explora também essa monstruosa confusão; e uma minoria de portugueses constituídos em quinta coluna servem ao bloco russo em tal mistificação. Nas relações internacionais, a mentira, os sofismas e eufemismos, o amoralismo político, as razões de força contra as razões de Direito, se instituíram como armas essenciais, e que se diriam lícitas, das guerras frias com que vai empatando a eclosão de uma guerra mundial quente. Não podemos consentir que seja Portugal um dos bodes expiatórios dessa loucura colectiva e universal.

Neste quadro se tem desenvolvido e se debate a questão do Ultramar português e de um modo geral o movimento irreversível da emancipação dos povos dominados. No mesmo quadro, se condenou passionalmente, mais do que se julgou, o colonialismo histórico; e se constituíram independências retardadas, oportunas e precipitadas; e se respeitou ou se desrespeitou o exer-



cício do direito de auto-determinação; e se agiu contra ou a favor da dignidade da pessoa humana; e se serviu e deserviu o destino humano dos povos; e se praticaram genocídios por uns condenados como ignóbeis desumanidades e por outros exaltados como métodos lícitos de "libertação"; e se constituíram novas ameaças à paz e segurança internacionais; e se tem desenvolvido, enfim, uma espécie de revolução de ideais muito humanos, mas cujos passos atendem por enquanto muito menos ao destino humano dos povos do que aos interesses e passionalismos políticos que de tantas maneiras o corrompem. Neste quadro, por enquanto, corre ainda mais sangue do que se realiza a verdadeira liberdade democrática. Ao êxito pessoal inegável de alguns líderes políticos mais ou menos eminentes — por vezes sem eminência alguma —, não correspondeu ainda a redenção das populações ante as tiranias tribais nem progresso que apague a lembrança das tiranias do colonialismo econômico. O racismo — um dos pecados mais graves deste colonialismo —, apenas foi invertido; e na inversão, acirrado até ao ódio homicida. O trabalho compelido pratica-se em larga escala em muitos países beneficiados com a independência, alguns dos quais, inclusivamente, ainda com mercados de escravos. A miséria das populações não é menor do que na era do colonialismo; em alguns casos, como no Congo, essa miséria foi agravada pelo caos econômico e administrativo, pelo regresso às guerras tribais à feitiçaria homicida e à antropofagia. Tendo-se aceitado como espaços de nações umas alguns territórios que a partilha de África no século XIX arbitrariamente delimitara sem qualquer consideração à etnogenia e à constituição gregária dos povos que os habitavam, tendo tornado tabú a idéia simplista de que não há diferenças de caracteres coletivos independentes em toda a África ao sul do Saara, estabeleceu-se em base de desordem política quase caótica a emancipação dos povos africanos de todas as raças, em especial os de raça negra. E isto ocorre enquanto grandes sistemas disputam a hegemonia do mundo, mas se revelam cada vez mais incapazes de resolver os problemas mais prementes dos povos sub-desenvolvidos.

A posição de Portugal, abusivamente representado por uma ditadura descrionária, não podia deixar de mostrar-se muito difícil neste mar mundial de paixões encapeladas, de ódios políticos e de colossais interesses desavindos. Nem sequer podia esperar que o caso único, que é e sempre fora na História do colonialismo, pudesse

ser considerado à margem, sem prejuízo do conteúdo humano da revolução em marcha.

Contra nós, portugueses de Portugal e não sequazes de um sistema político condenado — sobre a nossa condição de vítimas de uma tirania que nem por ser longa pode deixar de ser transitória — juntaram-se dificuldades e forças tremendas cuja acção passional, em paroxismos sem precedentes no mundo, mal permite o exercício da Razão e do Direito.

Dominantemente:

1.º — A própria política descrionária desenvolvida pela ditadura. Em pouco mais de 30 anos, deformando os caracteres espirituais, morais, econômicos e sociais da Nação, deu a esse mundo passional donde a Razão e o Direito foram banidos quase, uma soma avassaladora de pretextos para, contra a Razão e o Direito, ele se indispôr contra nós. Revogada a política humana, progressiva e descentralizadora, da I República, suspenso assim o movimento de métodos e idéias que nos teriam conduzido (na linha precisa do caso único que constituímos em toda a história do colonialismo) a uma posição de liberdade inexpugnável — o regimen, **contra a Nação**, lançou-nos às mais comprometedoras sendas do colonialismo econômico; generalizando ao Ultramar os métodos de violência e indignidade da pessoa humana instituídos na metrópole, fez do Portugal que ele abusivamente representa o alvo de ódios e repulsas de toda a ordem, que a despeito das margens positivas da sua acção, o colonialismo econômico suscitou no mundo. Hoje, para salvarmos Portugal de uma tragédia que até como povo independente nos ameaça, já não basta apenas proclamar a nulidade dos pretextos com que nos perseguem, e que o regimen fornece escancaradamente; é indispensável também pôr a nu o caracter criminoso da perseguição, e suprimir de vez todos os pretextos que possam emprestar algum alcance à falsificação dos nossos direitos reais. Isso, fatalmente implica como condições, **sine qua non**, a abolição do regimen.

2.º — O apoio político e econômico prestado aos totalitarismos das direitas pelas grandes democracias, alegando razões de Estado, e contra o sentido universal dos ideais democráticos a que se sacrificaram milhões de vidas; esse apoio muito tem contribuído para falsificar a verdade, responsabilizando Portugal e o povo português pelos erros e pecados de uma ditadura a que são contrários. Na verdade, mais responsáveis do que nós por esses erros são, por umplicidade, os governos dessas grandes democracias. E para cúmulo, essa cumplicidade, favorecendo a sobre-

vivência da ditadura instalada, favorece também os desígnios do totalitarismo comunista que pretende ser seu herdeiro.

3.º — O espírito de feroz demagogia que tem dominado nos debates e, por vezes, nas resoluções da ONU; é flagrante a incapacidade orgânica do seu Conselho de Segurança para se sobrepôr racionalmente ao passionalismo político, como órgão supra-nacional de Razão e de Direito. Útil, apesar de tudo nas suas funções de válvula amortecedora, nem por isso deixou de tornar-se arena de paixões descontroladas em que os valores da Razão e do Direito se desvalorizam até à anulação. Ali se têm considerado menos do que em qualquer outro lugar político do mundo, as razões e valores que distinguem a Nação portuguesa do regimen que abusivamente a dominou, como réus figurando. Ali se exerce esta inconcebível discriminação: à indiferença pela menoridade política violentamente imposta aos habitantes de Portugal, opõe-se, evidentemente com razão parcial, o maior interesse por sofrimentos iguais em povos ultramarinos. Não se pode nem se deve negar que grande parte das resoluções da ONU, apesar da violência demagógica dos debates logo empolgada pela imprensa sensacionalista, reflectem uma idéa realística de justiça; mas esta imediatamente se vicia e desvirtua, ao envolver sem reservas nem restrições a Portugal em responsabilidades que só pertencem ao regimen que o oprime.

4.º — A acção dissolvente de confusão que, ao serviço do comunismo internacional, segundo estratégias por este impostas, e usando filo-comunistas camuflados em democratas da esquerda, exerce o Partido Comunista. Anti-português, manobrando no interior e para o exterior como se fosse ele a oposição democrática, desorienta a consciência portuguesa e a opinião ocidental para assim tentar impôr o pensamento comunista, interessado em todas as soluções ultramarinas conducentes ao caos, à miséria, ao desespero das populações. Esta minoria, tão insignificante em número e poder ideológico de convicção, que necessita ocultar tãcticamente a sua verdadeira ideologia (ou anti-ideologia?); mas activa, organizada e com fortes amparos internacionais, defende a congolização pura e simples das colónias portuguesas e o abandono de todos os interesses legítimos de Portugal no capítulo de soluções ultramarinas. Invocando o direito de auto-determinação, defende os métodos que dispensam o seu exercício; condenando raivosamente o "colonialismo" e o "imperialismo" que o Ocidente vem progressivamente ba-

nindo, apoia o neo-colonialismo e neo-imperialismo que o bloco russo progressivamente dilata.

5.º — A acção não menos corrosiva de forças do capitalismo internacional especialmente activas a partir dos Estados Unidos da América, às quais o caos africano também interessa como ponto de partida para a tomada de posições de exploração neo-colonialista — forças do mesmo tipo das que constituíram como colónia, nem sequer dos Estados Unidos mas da "Firestone", a formal República independente da Libéria. Forças poderosíssimas, de uma insensibilidade que pode roçar os excessos suicidas, contra todas as razões de humanidade e direito que não se tornem compatíveis com as suas ansiedades de lucro material.

6.º — A deformação espiritual, por anacronismo e perversão dos sentimentos nacionalistas, que o regimen realizou sobre parte da população portuguesa, isolada pela censura dos movimentos progressistas do pensamento democrático universal.

7.º — A falta muito generalizada de uma base sólida de conhecimento em profundidade das realidades do Continente e populações africanas, agravando o exercício das paixões políticas nos meios em que mais decisivamente se debatem os problemas do anti-colonialismo e da emancipação dos povos; essa falta de conhecimento em profundidade que tantas vezes, em política, profana e corrompe as relações que não podem deixar de existir entre os fins visados abstratamente pelo pensamento ideológico e os meios concretos para a sua realização no tempo e no espaço. Consequência: o apoio, por vezes apaixonadamente sincero, de correntes formadas no plano ideológico, abstratamente, a soluções concretas buscadas sem informação realista e objectiva.

8.º — As dificuldades — por agora, impossibilidades — em que está a Nação real que somos; o cativo político em que se encontra impede-a de tomar parte no debate e assumir as responsabilidades que lhe cabem em defesa de interesses legítimos como povo secularmente independente; e impedem-na também de compreender cabalmente as obrigações que tem no plano humano e no quadro da civilização, defendendo-se de falsidades e até de conjuras que a vigência do regimen totalitário tem favorecido.

9.º — Finalmente, uma política mundial sem perspectivas nem horizontes tão inconsciente do que do passado se mantém como fruto de uma experiência humana como incapaz de resolver os problemas fundamentais da preparação de um

futuro mais pacífico e menos miserável; uma política mais conduzida por forças do mal que condutora de sistemas de idéias — todas as idéias constantemente deformadas ou traídas, o império das razões de Estado mais atrabiliárias dominando pela força ou pelas fraudes de nacionalismos egoístas e na febre de um “salve-se quem-puder” universal; todas as forças dos princípios e todos os meios de alcançar os fins visados pelos princípios corrompidos; uma política de aprendizes de feiticeiros correndo de alavanca para alavanca na ânsia de deter o que constantemente precipitam; uma política de desconfianças recíprocas toda absorvida pelas contingências de guerras frias e sem tino nem tempo para construir a paz. Nunca o mundo precisou de grandes e clarividentes condutores como hoje — e nunca os teve mais mediocres

É por via da questão ultramarina, e em volta do debate sobre a emancipação dos povos não autônomos (conforme a classificação da ONU) que a ameaça de tragédia nacional toma cores mais negras. O regimen ligou a existência às posições que no caso tomou, contra a Nação que não consultou nem auscultou: nada resolverá em termos dignos do país e aceitáveis também pela opinião mundial atenta ao destino humano dos povos. É incapacidade mais do que demonstrada. O colonialismo econômico é fenómeno histórico ultrapassado; até o neo-colonialismo que subrepticamente pretende suceder-lhe está condenado como ainda mais odioso. O salazarismo não poderá deixar de identificar-se com a época a que fez regressar o Ultramar português — impondo ali não só as práticas anacrônicas do colonialismo ultrapassadas pela própria evolução dos sistemas coloniais, como também algumas condenadas em todos os tempos, pelo espírito do colonialismo português, contrárias às nossas mais flagrantes tradições de colonizadores. A insistência em tais métodos, o Pacto colonial ressurgido, o trabalho compelido, o obscurantismo instituído ao longo de duas gerações como desígnio político, emprestam uma validade falsa, mas efectiva, aos pretextos dos que atacam Portugal e cujo empenho consiste em fazer crer que Portugal é apenas o país representado pela ditadura dos últimos 30 anos. A reforma dos métodos tornou-se incompatível com os interesses da oligarquia que domina o regimen cujo desprestígio mundial agrava sua impotência ante os problemas por ele próprio criados. E como admitir que pudesse resolver problemas da liberdade dos povos — a começar pela liberdade do próprio povo português — o regimen

fundado essencialmente na supressão da liberdade? A solução do problema ultramarino em sentido justo e humano, para os portugueses, para os povos coloniais, e para o Mundo, tem como condição prévia que Portugal regresse ao livre exercício de instituições democráticas.

Realizada esta condição, sem a qual a tragédia não se evitará, poderá Portugal, sem esquecer o que deve aos ideais humanos da civilização que ajudou a formar, defender aquela ampla margem em que se situam os seus legítimos direitos e interesses, contra as paixões e interesses dos vários falsificadores que o ameaçam. E encontrará a seu favor, além de uma Consciência portuguesa esclarecida, todas as forças da Razão e do Direito ainda disponíveis no mundo dos homens.

Muitas correntes políticas formadas e deformadas por muitas influências intervirão no debate; aparentemente sem grandes divergências pois todas dizem defender, na liberdade, o direito dos povos à auto-determinação (até as correntes que na prática menos o reconhecem). Mas, mais do que divergentes, elas são antagónicas no plano das soluções concretas; soluções que, por parte de algumas dessas correntes, incluem o sacrifício da própria liberdade desmascarando o subterfúgio com que sobrevive o colonialismo imperialista. Como se em vez de preocupar-se com o destino humano dos povos o combate ao colonialismo se destinasse a servir os seus herdeiros.

Excluída a corrente extremista do salazarismo, interlocutora impossível em qualquer debate em que a Nação portuguesa, como Nação, intervenha, estarão presentes nesse debate decisivo as seguintes correntes políticas:

**A — A corrente de inspiração soviética amplificada pelos partidos comunistas e pelas falanges filo-comunistas que sob a máscara da Democracia de esquerda defende a linha de rumo russa.**

Esta corrente cujo passionalismo organizado chega a ensurdecer as massas menos politizadas, pretende desviar as atenções mundiais do colonialismo e imperialismo sino-russo em plena expansão desde a Grande Guerra Mundial; simultaneamente, declarando-se em guerra fria contra o colonialismo e imperialismo das Democracias, em retrocesso durante o mesmo período, visa a destruir a Democracia e a liberdade para implantar a tirania totalitária. Invocando um falso socialismo e um marxismo traído, tenta inocentar-se do colonialismo imperialista quando o exerce em espaços cada vez maiores (Polónia, Tchecoslovaquia, Alemanha Oriental, Hún-

gria, Roménia, Bulgária, Albânia, Cuba, Mongólia, Manchúria, Tibete, etc.). Exige o respeito pela pessoa humana em relação aos povos que estarão oprimidos, mas não tanto quanto aos que sofrem sob a sua tirania. Manifesta propagandisticamente um designio socialista e vai cumprindo o plano político de expansão imperialista mais desumano que até hoje viu o mundo. Os partidos políticos que intervêm nesta corrente, por sua dependência ante o papado moscovita, são agentes de um sistema que o próprio Leon Trotsky, o maior teórico da revolução moscovita, julga assim: "A mentira obrigatória penetra em toda a ideologia oficial. As pessoas dizem uma coisa, escrevem e dizem outra. O divórcio entre a palavra e a realidade cresce sem cessar; as mais sagradas fórmulas devem ser revistas todos os anos (...). Sob o knut da burocracia, milhares de indivíduos executam sistematicamente uma obra científica de falsificação. Toda a veleidade crítica, toda a objecção, a menor dissonância, são considerados os piores crimes. Pode dizer-se sem medo de exagerar que a burocracia fez penetrar de um espírito verdadeiramente inquisitorial toda a atmosfera política da URSS. A mentira, a calúnia, a falsidade são armas ocasionais contra os adversários políticos". Quanto aos filo-comunistas, também já foram julgados pelo homem que foi, com Lenine, a outra metade do cérebro da revolução: "Os amigos da URSS? Esses engolirão tudo, ainda que não seja senão para não concordarem com a própria miopia".

Agitarão a bandeira verbal da liberdade para suprimi-la no desespero e no ódio, procurando uma opção pelo comunismo ou a posse por este dos comandos convenientes e suficientes. Essa opção é a aliada oferecida aos que no mundo ocidental ou no chamado mundo neutralista, por qualquer motivo se declararem em estado de rebelião; aliada dos democratas que em Cuba se revoltaram contra a ditadura de Fulgêncio Batista, para melhor se aliar depois ao ditador que lhes usurpou a vitória; aliada do peronismo na Argentina, aliada dos argelinos na Argélia, aliada de todas as causas justas ou injustas em rebelião, uma vez que julgue possível canalizar as rebeliões no sentido do caos, favorecendo os seus desígnios de captação. A tática consiste em infiltrar e fazer funcionar seus agentes; como democratas, nas rebeliões contra as ditaduras fascistas, como totalitários nas rebeliões de totalitários contra as democracias instaladas — em todas se devotando em tornar delirante, por via demagógica, o passionalismo das massas e a polarizá-lo em volta do sis-

tema liderado pela Rússia e pela China como único compatível com as esperanças desordenadas das situações em que a Razão e o Direito perderam todas as possibilidades de exercício.

Assim, defende por excitação passional a independência prematura dos povos menos preparados, ao mesmo tempo que tenta tomar posições neo-colonialistas em povos que já alcançaram oportunas independências. Continua a proclamar, desviando atenções das neo-colónias do mundo comunista, o direito dos povos à auto-determinação, que ali se dispensa. Prefere, no entanto, que esse direito não se exerça, como se verificou, no assalto à Índia Portuguesa e como se verifica no entusiástico apoio que presta às reclamações pela independência imediata e sem preparação de Angola e Moçambique, cujos povos, assim, não se auto-determinariam. Quer, no Ultramar português, e sem que o povo português e as populações ali fixadas sejam consultadas, a mesma ou pior situação já imprudentemente criada no Congo: o regresso à barbárie, a chacina de populações indefesas, as guerras tribais, a feitiçaria homicida e a antropofagia, a ruína económica e, concomitantemente, a ameaça à paz e à segurança internacionais.

Essa corrente, que pode tornar-se poderosa nos povos doentes ou fracos, também em Portugal se representa e empenha na consumação da tragédia que já nos ameaça. Ela é e será mais contra Portugal do que contra o regimen, que, inconscientemente, por sua suposta política, a tem favorecido.

**B — Uma corrente constituída por países afro-asiáticos, em enorme maioria elevados recentemente à dignidade da independência, e cujo anti-colonialismo se manifesta ainda minado pela belicosidade das lutas que pela independência travaram.**

Apesar do seu declarado neutralismo, ou das suas aspirações a constituírem no mundo uma terceira força neutral, estes países reflectem sentimentos e interesses das grandes correntes que dividem o mundo — quer dizer, uns gravitam mais influenciados (ou dependentes) pelo bloco russo; outros alinham com as democracias. No que respeita ao colonialismo, há entre eles pequenas divergências — sobretudo na parte que se refere ao auxilio moral e material a prestar aos povos ainda não independentes. Suas manifestações são passionais; mas cumpre notar que suas paixões não são tão exaltadas como seria de temer, nem tão dóceis aos grandes interesses e conjuras quando estes desejariam. São humanamente mais compreensíveis e parecem

mais clarividentes. O seu anti-colonialismo, muito mais sincero, não é pretexto ao serviço de designios neo-colonialistas. Esses povos sabem, mesmo quando os líderes de alguns pareçam querer ignorá-lo, que, além de terem ainda um grande caminho a percorrer para a consolidação das suas independências, que muitas das formalmente alcançadas estão longe de ser verdadeiras independências e que as suas esperanças de liberdade e justiça social foram em grande parte frustradas. Por trás de aparências, a supressão da liberdade e as mesmas injustiças sociais são ainda realidades flagrantes. A maior parte desses novos países são governados por ditaduras pessoais, por vezes mais violentas que as violências do colonialismo. A Guiné, a Serra Leoa, Ghana e a Nigéria, são independentes, mas os seus habitantes são menos livres do que nunca. Enfim, esses povos aprenderam na própria experiência da sua independência consumada, que, cumprindo-lhes embora dedicar-se à completa emancipação de todos os povos ainda não independentes, não lhes convém, não convém à África nem ao mundo, que o exemplo do Congo se propague, e alcance outros territórios a trágica "queimada" que ali lavra e ainda, por muito tempo lavrará.

Creio que se poderá esperar destes países o apoio a soluções anti-colonialistas e anti-neocolonialistas em que, sinceramente, unindo diferenças, mais do que estabelecendo discriminações, os destinos dos povos se abram humanamente.

**C — A corrente anti-colonialista dos povos americanos, constituídos no seu maior número por descendentes de europeus e, geralmente, com independências por estes promovidas no século passado; povos pluriraciais na sua maioria e, em minoria, povos de raça branca com uma tradição racista de entre os quais os elementos autóctones foram praticamente segregados.**

Manifesta-se esta corrente, ora reflectindo sentimentos populares, ora envolvendo responsabilidades de Governos (embora conforme um sentimento comum) de maneiras diferentes e na medida em que uma determinante passional mais ou menos a excita.

Quando se manifesta racionalmente pesando todas as circunstâncias que condenam o colonialismo económico e considerando todos os valores mobilizados pelo colonialismo civilizador que ele pode alegar em defesa do seu papel histórico — a sua posição define-se plena de autoridade, e dela será sempre possível considerar,

digamos anticolonialisticamente, o processo justo e humano de transição dos povos não autónomos para o destino que livremente escolherem; destinos que podem não ser os que pretendem consignar-lhes os aspirantes a uma nova partilha da África em regimen neo-colonialista, e até em proveito pessoal de alguns dos seus líderes. Quando se manifesta passionalmente, à margem de todas as considerações da Razão e do Direito, mais ou menos influenciadas por interesses e propagandas, podem ser contradictórias até ao absurdo de se condenarem a si próprias nas posições em que se situam, e defenderem soluções que, ante realidades idênticas às que defrontam, não quereriam adoptar nem admitiriam nos países que criaram. É um absurdo que emerge constantemente dos seus debates, furtado a exames de consciência, quando em alguns dos coros desta corrente, por exemplo, se reclama para certos povos africanos de flagrante imaturidade política uma independência precipitada — independência que lhes pareceria tão monstruosa como ridícula se sob invocação dos mesmos sagrados direitos, algum líder ou falso humanista a reclamasse para os índios da América ou do Brasil, os mais autênticos americanos destes países da América, ainda submetidos a regimens nitidamente colonialistas.

Na frente popular destas correntes funciona mais activamente o sentimento reaccionário dos povos que foram colónias ou dependências ultramarinas de países europeus — do que uma idéia desempoeirada dos sortilégios verbais que ficaram das lutas pela independência.

Nas esferas políticas e de Governo, umas vezes de acordo, outras vezes em desacordo com os sentimentos e paixões populares, as atitudes, naturalmente racionalizadas, reflectem as conveniências e interesses políticos e económicos internos e externos dos Estados. Na América do Sul, essas atitudes, embora geralmente firmes e do mesmo tipo quanto à sua posição ideológica e aos princípios — digamos, no seu verbalismo — são confusas quanto à definição de uma política concretamente concebida em relação ao grande movimento criado pela emancipação dos povos africanos e, de uma maneira geral, quanto aos problemas mundiais inerentes ao destino dos povos. No próprio Brasil, de todas as potências sul-americanas a mais privilegiada e interessada numa projecção em África, não parece ter-se definido ainda nem as bases nem a inteligência de uma política africana. Um sentido político surge por vezes no pensamento expresso de certos políticos e pensadores — mas faltam incompreensivelmente os especia-

listas de questões africanas e toda a base de conhecimento directo sobre o qual uma política tem de desenvolver-se. Por outro lado, nem as relações em que está, desde sempre, com Portugal, nem o facto da importância que a raça negra africana alcançou na sua etnogenia, nem as solicitações deste Atlântico que o une mais do que o separa da África, e sobretudo de Angola, nem a comunidade linguística que existe entre o Brasil e extensos e distribuídos territórios africanos, para não falar de tantos outros materiais para a construção de um futuro grandioso — parecem ter suscitado ainda a consciência da necessidade dessa política. Na verdade, a África está muito mais no Brasil do que o Brasil está na África. E desta maneira, a intervenção do Brasil como parte da corrente americana, nos debates em que se joga o destino dos povos, continuará incerta, hesitante, mais sensível às emergências do presente do que às perspectivas do futuro. Na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, o caso muda muito de figura; os colossais interesses que defende e mobiliza, a sua posição de líder mundial, a sua expansão no mundo moderno, as suas responsabilidades na defesa do Ocidente e na própria defesa — mas também o facto de ser o coração de um capitalismo internacional cujas forças odiosas estão ainda muito longe de serem dominadas pelas forças humanas, de certo ponto de vista mais progressistas, que contra elas vão ganhando sucessivas batalhas — ao mesmo tempo, uma inexperiência política que comprovadamente compromete a capacidade dos poderosíssimos meios que juntou e organizou — todo esse complexo ainda mais organizado do que formado, condus os Estados Unidos às atitudes mais contraditórias nas linhas políticas que traça. Instruída no democratismo puríssimo de Lincoln, ainda não soube libertar-se dos preconceitos racistas de uma minoria da sua população; líder do Ocidente democrático, pactua com as ditaduras de tipo fascista e trai-se para as fazer sobreviver, justificada por razões de Estado que apenas demonstram a incapacidade de resolver os problemas mais democraticamente; anti-comunista por excelência, dá facilidades às oposições comunistas que não dá às oposições democráticas dos povos oprimidos; generosa nas suas intenções de auxílio aos povos subdesenvolvidos, ainda não aprendeu a praticar a generosidade sem lucro; dominando economicamente a maior parte do mundo, ainda não sabe tornar esse domínio suportável. A sua atitude ante os problemas portugueses na Metrópole e no Ultramar — desconcertante: na metrópole, favorece a sobrevivência do regimem, agra-

vando a situação do povo oprimido; no Ultramar, hostiliza menos o regimem do que hostiliza Portugal; dá assim a impressão de que ocupa, mantém e valoriza bases militares na metrópole continental e insular à custa da liberdade do povo português — e que, como a Rússia, também tem os seus interesses na propagação em Angola e Moçambique das misérias que assolam o Congo, através das quais realizaria facilidades para ocupar posições neo-colonialistas mais extensas no Continente africano. Desconcertante, terrivelmente desconcertante, à luz dos ideais democráticos universais, este colosso americano!

Concluindo: na medida em que o racionalismo e a autenticidade das instituições democráticas, por parte dos elementos mais responsáveis na administração destes povos, se sobrepuser à miopia dos seus nacionalismos e ao passionalismo das massas influídas por correntes diferentes e sentimentos obsoletos — alguma coisa de positivo, para nosso bem e do mundo, é de esperar da intervenção desta heterogênea corrente política.

**D — Uma corrente de povos democráticos europeus, constituintes do bloco ocidental, muitos dos quais são ou foram potências coloniais.**

Ao conjunto de países em que esta corrente se manifesta, chamam os propagandistas das correntes, dirigidas ou influenciadas pelo verbalismo do comunismo internacional, "O Ocidente capitalista e imperialista", "Os capitalistas", "Os imperialistas", com os adjetivos mais pejorativos na gíria demagógica internacional. E esta vozearia, como bombardeamento implacável de guerra fria, envolve os países que foram ou são colonialistas e os que nunca o foram, os que só praticaram o colonialismo económico e os que também se devotaram a fins mais humanas com razões mais respeitáveis. Pretende que se ignore, por um lado, que deste Ocidente se levantou o grande movimento de idéias e estímulos que conduziram à formação de uma consciência de liberdade entre os povos oprimidos; que foi a ele que novas nações devem a preparação que as conduziu à independência, pois foi nas suas escolas e com os seus professores e recursos morais e materiais que se elevaram a maior parte dos homens que, pelo seu idealismo, ou simplesmente pelas suas ambições, tornaram possível essa independência; por outro lado, que é ainda neste Ocidente (já o dissemos, mas convém repeti-lo) em que todas as correntes do pensamento se podem exercer livremente, **que um pensamento social da esquerda**, (no âmbito da verdadeira Democracia representativa, sem derramamento de sangue, sem ódios homicidas, sem supressão ou

restrição da liberdade) **mais avançadamente se realizou e progrediu**. Pois não será o exemplo da silenciosa revolução escandinava o único com bastante autoridade para se impôr como figurino de idéias e de métodos humanos? (1)

Esta corrente, embora tão pouco homogênea como a americana, mas muito mais sensível ao determinismo da Razão e do Direito reflectindo uma experiência política muito mais enraizada no tempo e na História — se bem que não isenta da pressão dos interesses e paixões que os interesses e os nacionalismos mobilizam, manifesta-se conforme as diferentes expressões do pensamento democrático nela livremente exercidas: irrestritamente anti-colonialista, na medida em que vai transitando (pode dizer-se rapidamente) do colonialismo como fenómeno histórico ultrapassado para a integração num conceito mais democrático da vida política; sempre menos des preocupada do destino humano dos povos do que quaisquer outras correntes.

A sua superioridade (ou menos inferioridade) parece-me, comparativamente, bem definida num artigo publicado no Boletim de Julho de 1961, de "A Acção Democrática" do Brasil, do qual recolho os seguintes períodos:

*... historicamente, o imperialismo não se define por nenhum regimen económico. Antes é, em essência, a projecção de um regimen político ou de uma nacionalidade, a promoção do prestigio nacional. A diferença entre os dois imperialismos, o Ocidental e o Comunista, está em que enquanto aquele, a partir da segunda guerra mundial, concedeu autonomia nacional a dezenas de antigas colónias, o imperialismo soviético não apenas recolonizou os países bálticos mas ainda conquistou a Polónia, a Tchechoslováquia, a Alemanha Oriental, a Húngria, a Roménia, a Bulgária, a Albânia, agora Cuba. A China comunista, fruto da expansão asiática do colonialismo russo, tornou-se agente desse mes-*

(1) — Quando este exemplo é citado, opõem os passionistas das correntes mais extremadas, que ele não seria aplicável a outros povos sem o temperamento e as altas virtudes cívicas que distinguem os escandinavos — como se entre o pensamento do sistema e o povo a quem tão bem serviu houvesse relações inadapáveis por outros povos — como se, enfim, fosse mais legítimo supor que será mais aplicável a outros povos um sistema russo fundado na supressão da liberdade e que experimentalmente tem demonstrado necessitar da miséria como ponto de partida e do sangue com meio de se impôr!

*mo imperialismo. O Governo de PeKin mantém sob estatuto colonial a Mongólia, a Manchúria, o Tibete e milhões de turcos, tiganos e outros povos que, a exemplo das nacionalidades russas, a partir do século XV, nada têm de comum com a potência colonizadora em matéria de língua, cultura, religião ou economia. E, a exemplo do moscovita, continua o imperialismo chinês a expandir-se integrando a Coréia do Norte, o Viet-Nam e talvez o Laos. Só um néscio, portanto, poderá acreditar no dilema capitalismo imperialista ou socialismo pacífico e progressista com que nos acenam os comunistas e seus lacaios. O que temos na realidade, é um imperialismo em retrocesso, em contraposição aos imperialismos russo e chinês, estes em plena expansão e que se apresentam com verniz socialista para destruir a Democracia e a liberdade e para implantar a tirania totalitária".*

Porque, apesar de todas as deficiências e desconcertos, paixões que também manifesta e interesses que a pressionam, é esta ainda a corrente mais esclarecida e experiente, é dela que podemos esperar um julgamento mais justo e que, como justo, condenando embora os erros que tenhamos cometido, considere com o valor inegável que têm os nossos interesses legítimos e os nossos direitos insofismáveis, que, em todo o caso, uma Consciência portuguesa esclarecida terá que defender denodadamente.

**E — Uma corrente portuguesa romântica, de sentimentos ultrapassados, humanamente compreensível no seio de um povo, por fatalidade compelido a expandir-se e prolongar-se no mundo, menos com designios de exploração económica do que designios de defesa própria e espirituais.**

Esta corrente, privada de contactos com o mundo, viciosamente informada sobre os grandes acontecimentos de uma revolução mundial irreversivelmente desencadeada, enfim, vítima da censura e propaganda do regimen, não pôde evoluir ao longo das três últimas décadas. Embora, em grande maioria oposta ao salazarismo, apoia o colonialismo do regimen como o menor dos males entre um estado de coisas que presente condenado e um anti-colonialismo que a propaganda do regimen lhe apresenta sem outra opção que não seja a de manter o *statu quo*. Reage como patrioteira e não patrioticamente, como reagiu no século passado contra o ultimatum inglês e contra todas as tentativas que outras potências fizeram para se apoderar das colónias portuguesas.

E' de crer que esta corrente romântica, trazida de novo a contactos com o mundo e esclarecida, reaja tão patriótica como realisticamente.

— Uma outra corrente, também portuguesa só porque nasceram em Portugal os seus constituintes, e que dizendo-se de esquerda, mas deixando ver claramente que é o esquerdismo totalitário comunista e seu figurino, segue tão fielmente a linha de rumo traçada pelo bloco sino-soviético que se torna tão evidente a sua russofilia como a sua lusofobia.

Como o regimen vigente em Portugal, esta corrente não distingue entre a Nação real que somos e a ditadura que o ocupa há mais de 30 anos. Tão aparentemente defensora da liberdade dos povos coloniais como da tirania a que estão submetidos os povos sujeitos ao comunismo, veria com muito agrado a satelitização do país e os seus filo-comunistas distribuídos pelas pastas e postas de um governo títere.

\* \* \*

Certas assembléias gerais da ONU, em que todas estas e outras correntes se exercem, dão idéa precisa do passionalismo e interesses inconfessáveis que dominam os debates em que, de alguma maneira, se jogam os destinos humanos dos povos.

A situação que em Portugal suceder à queda do salazarismo, embora com vantagens morais de que a ditadura não dispõe, mas assumindo então responsabilidades verdadeiramente portuguesas, terá de pugnar pelos direitos nacionais e pelos direitos dos povos integrados no conjunto nacional, nesta atmosfera passional e preconcebida. E só lutará com vantagem e autoridade com o apoio de uma Consciência portuguesa esclarecida quanto ao que o mundo lhe deve e quanto ao que ela deve ao mundo de civilização cristã.

Entre os limites do que deve e do que se lhe deve, Portugal, livremente autodeterminado, tem de se decidir, não por soluções impostas por correntes políticas e interesses em que os valores humanos se invocam mais do que se respeitam, mas sim, de pontos de vista do destino humano dos povos, por uma solução portuguesa, racional, realista que, unindo diferenças, nos salve, e ac mundo, de uma hegemonia dos ódios.

Esta solução não será possível senão partindo das seguintes bases condicionais:

1.ª: Uma Consciência portuguesa esclarecida.

2.ª: O abandono da monstruosa mistificação que no plano internacional ainda vinga em favor de paixões e interesses suspeitos — e que consiste em considerar Portugal (a mais antiga nação independente da Europa continental) como nada

mais sendo do que o Estado ditatorial que há três décadas assola o povo português, ou seja a mistificação que transfere a vítima para a situação de reu.

3.ª: A abolição do regimen actual e o regresso do país a instituições assentes na liberdade.

Pela parte que me toca e toca à corrente majoritária dos democratas portugueses que acompanho, defendo uma solução que, à face das experiências vividas e de verdades africanas passionalmente obscurecidas, julgo enquadrar-se com claro realismo nos designios de uma política de respeito pelo Direito, pela Razão e pelos destinos humanos dos povos — sem esquecer o que haverá de irresistível nas tendências constitutivamente evolucionistas do mundo actual.

Aqui se expõe, como contribuição de português e de africanologista, e aqui se defende resumidamente:

CONSIDERANDO o facto flagrante, que só a mentira de propagandas parciais pode negar, a imaturidade política, econômica e social dos territórios da África portuguesa, para o exercício imediato do direito de auto-determinação em condições humanas e progressivas — direito que, no entanto se deve e tem de reconhecer como direito sagrado de todos os povos e que será, quando capacitados para o exercer, o de se decidirem pela sua independência absoluta se for esse o destino que demonstrada e livremente escolherem;

CONSIDERANDO que uma independência tão prematura como a que reclamam alguns líderes nacionalistas de Angola e Moçambique, aliás sem demonstração da legitimidade sua liderança, conduziria explosivamente aqueles territórios ao caos político, econômico, administrativo e social em que se debate o Congo ex-belga, dilatando o espaço africano em que tantas ameaças para a paz e segurança internacional se desenvolvem;

CONSIDERANDO que mesmo uma maioria daqueles países mais preparados que nos últimos anos ascenderam à independência, apenas tem realizado, e geralmente sob regimens ditatoriais, uma independência muito relativa só no formalismo político diferente dos protetorados;

CONSIDERANDO que, em tais condições como sagrada e insofismável missão, se impõe o dever de elevar, sem perda de tempo, os povos imaturos ao nível das condições mínimas para o exercício pleno dos seus direitos, sem prejuizo da intervenção imediata na política e na administração de todos os individuos capacitados, sem discriminação de raça, credo religioso ou ideologia liberal;



CONSIDERANDO que as realidades demográficas e sociais dos territórios portugueses do Ultramar demonstram insofismavelmente a existência de uma população africana fixada e pluri-racial em convivência de raças há mais de quatro séculos — população cuja grande maioria de indivíduos de raça negra ainda não excedeu o nível das instituições, usos e costumes tribais, sendo, destes, insignificante o número dos que acima desse nível se elevaram;

CONSIDERANDO que aquela convivência de raças corresponde a uma tradição e vocação portuguesas cujo mérito se encontra exuberantemente demonstrado no modo como se consumou a independência do Brasil e ali se constituiu e prospera a Nação que, no mundo, mais se tem aproximado dos ideais humanos de fraternidade racial — tradição e vocação interrompidas violentamente, mas de modo algum quebradas, pelo colonialismo do regimen salazarista;

CONSIDERANDO que, apesar desta interrupção violenta, há interesses com raízes seculares e direitos humanos que se mantêm, abrangendo o quadro de todas as raças conviventes — e que inobservados ou desrespeitados, darão lugar a discriminações, injustiças, ódios raciais, que as forças vigentes do mal activas no mundo actual facilmente deslocarão em seu favor avolumando perigos para a paz e segurança internacionais, que tanto fervem já no Continente africano;

CONSIDERANDO que, a todo o custo, é necessário preservar a África e o Ocidente dos perigos novos que podem resultar, tanto do desbordamento da tragédia que assola o Congo ex-belga e tantas destruições já provocou, como, por reacção, da expansão do odioso racismo contrário praticado ainda na União Sul Africana;

CONSIDERANDO que serão sociedades pluri-raciais do tipo brasileiro, na base de direitos iguais de todas as raças representadas, as que realmente correspondem, com menos perigo para a paz do mundo, não só aos interesses económicos e desenvolvimento sob todas as formas do Continente africano, como também aos ideais de fraternidade que tanto se invocam e tão comprometidos foram já por duas guerras — e muito especialmente na parte da África em que se encontram os territórios de Angola e Moçambique;

CONSIDERANDO que os acontecimentos e as ideias, tanto quanto a experiência dos últimos anos o tem demonstrado, ao mesmo tempo que contra-indicam como obsoletas e perigosas para a paz as doutrinas do tipo Monroe (A América para os americanos, a África para os africa-

nos...), afirmam a necessidade de uma convivência cada vez mais íntima entre os povos de todas as raças;

CONSIDERANDO que, além da imaturidade política e obscurantismo de mais de 90% da população, os territórios de Angola e Moçambique, hipopovoados e ainda com uma maioria de débeis, não poderiam de modo algum cumprir quaisquer planos de desenvolvimento sem o concurso repovoador de elementos de outras raças — e que são os portugueses aí enraizados há séculos e emigrantes por excesso de população em Portugal, os que melhor têm correspondido, não só em África como em todo o mundo, como elementos de convivência e fusão com outras raças;

CONSIDERANDO que, entre a população africana de Angola e Moçambique, incluídos os elementos de todas as raças que a constituem, não se contam ainda, acima do nível tribal, em número e qualidade, os valores necessários ao provimento dos quadros políticos e administrativos que assegurariam a estabilidade e o futuro de uma independência — e que os próprios líderes dos movimentos separatistas não tem revelado nem capacidade nem sequer identidade de pontos de vista;

CONSIDERANDO finalmente que se certos direitos históricos de conteúdo puramente sentimental perderam de facto a validade na época em que vivemos — não a perderam contudo os direitos de cuja observância dependem a integridade das nações, o seu carácter e os valores por elas acumulados numa experiência de séculos. E tanto menos quanto a experiência das ideias e métodos que actualmente se ensaiam ainda não nos trouxe praticamente nada que em defesa do humano permita descrever de certos valores pelos quais em outras épocas o mundo progrediu;

DEFENDEMOS, como solução humana, justa, racional e realista, do problema ultramarino português:

“1 — O reconhecimento sem reservas do direito de auto-determinação, humana e progressivamente entendido, de todos os povos privados desse direito pelo regimen vigente em Portugal, bem como o compromisso, perante a Nação e o Mundo de, como dever de honra nacional, preparar no mais curto prazo, por meio de medidas adequadas, sobretudo nos domínios da cultura, da economia e das reformas sociais, a parte da população ainda imatura para o exercício progressivo e humano daquele direito.

“2 — Abolido o regimen sob o qual nenhuma solução verdadeiramente anticolonialista é

possível, e restituída a Nação ao uso de todos os seus direitos e responsabilidades, Portugal e os seus territórios ultramarinos constituir-se-iam em Federação de Estados Autónomos, com vista a uma futura Confederação de Povos de língua portuguesa, com governos e assembleias legislativas próprios; plena igualdade de direitos de todos os cidadãos de todas as raças em toda a área da Federação; as instituições políticas, administrativas e judiciais organizadas no sentido de unir todas as diferenças e congruar os ódios suscitados por mais de 30 anos de tirania.

Com a intervenção cada vez mais extensa dos valores e capacidades africanos na política e administração da Federação, na medida em que esses valores existem e se forem constituindo, a Federação funcionaria simultaneamente como uma experiência realista e como escola de preparação para a maturidade política dos valores ainda imaturos e para a formação dos quadros, sem os quais a independência de qualquer dos Estados federados não terá sentido progressivo nem equilíbrio social.

“3 — A participação no governo e administração, em toda a área política e administrativa da Federação, aberta a todos os valores sem distinção de raça nem de origem, na medida das suas capacidades, eliminaria automaticamente, tornando todos igualmente responsáveis, as práticas do colonialismo e os riscos do neo-colonialismo, com todas as vantagens inerentes ao destino humano dos povos.

“Alcançada progressivamente a capacidade para o exercício do direito de auto-determinação, as partes federadas decidiriam livremente o seu destino.

Esta solução ou fórmula, tanto quanto tem sido defendida e divulgada, encontrou, como era de esperar, o apoio de umas correntes e a oposição de outras — entre estas, as mais passionalmente comprometidas.

Os seus opositores, por vezes mais irada do que racionalmente, manifestam-se com as seguintes objeções:

a) — **Ao contrário do que afirmamos, estes territórios da África portuguesa estariam preparados para a independência imediata — e, pelos vistos, até mediante razões de força que dispensariam o tão invocado direito de auto-determinação.**

Importaria provar, principiando por esclarecer este ponto: que condições mínimas têm de realizar-se para que um povo possa, com sentido humano e progressivo, viver em independência, tendo em conta, é claro, os caracteres e senti-

mentos colectivos em que assenta uma Nação. Depois, que estas condições mínimas estão realizadas nos territórios em causa. Eu julgo ter provado que não, como todos os elementos objetivos de prova oferecidos por uma situação cujas realidades a propaganda passional pode obscurecer, mas não pode eliminar. É divergência que só uma autoridade arbitral objetivamente informada pode resolver.

É verdade que o regimen — que, repetimos incansavelmente, não representa a Nação portuguesa — se tem oposto a um exame directo da situação pela ONU, deixando esta em posição de não poder informar-se senão recorrendo a fontes indirectas de informação, geralmente suspeitas. Mas é verdade também que as estatísticas demográficas menos suspeitas, o conhecimento flagrante das condições económicas dos territórios, o significado objetivo das próprias acusações que os movimentos separatistas fazem a Portugal e são da responsabilidade exclusiva do regimen — provam essa impreparação. Por outro lado, alertam-nos contra os perigos de uma independência prematura, que só a líderes ambiciosos poderia interessar, os próprios acontecimentos ocorridos em Angola durante o ano de 1961 e a tragédia em que se debate o Congo que, menos impreparado contudo, em melhores condições económicas e sem os prejuízos de uma administração ditatorial exercida durante mais de 30 anos, precipitou uma independência para que, comprovadamente, não estava preparado.

Embora sem dúvida sobre os resultados, isto não impede que, pela parte que me toca, eu de-seje o exame directo e objetivo da situação. Ou nada aprendi e nada vi em 25 anos de vida quase inteiramente consagrada à África, ou esse exame directo só confirmará o que sustento.

b) **Com omissão de qualquer referência ao exemplo do Congo, invoca-se o exemplo argelino em que se inspiram os chamados nacionalistas de Angola, Moçambique e Guiné portuguesa.**

E não se quer reconhecer que não há entre o caso da Argélia, nessa outra África mediterrânea, e os casos destes territórios, em especial Angola e Moçambique, o menor paralelo: outras raízes históricas, tipo e ritmo evolutivos diferentes, diferentes posições geográficas e relações euro-africanas, o arabeísmo de uma e o africanismo dos outros, até, na Argélia a vizinhança limítrofe de Estados independentes organizados num conjunto geográfico independente. No caso da independência da Argélia o drama tem resultado de uma independência retardada, no caso dos territórios portugueses, como no caso do Congo.

c. drama forma-se sobre independências prematuras, precipitadas. No caso da Argélia, por mais que as determinantes históricas se pretendam ignorar no debate, menos por ultrapassadas; do que por incômodas, trata-se de populações oriundas de velhas e nobres civilizações e pertencentes a um quadro histórico-geográfico tão diferente como diferentes são as duas Áfricas que o Saara separa. No caso da Argélia até, em defesa do nosso ponto de vista, a solução só se encontrou quando o esforço realizado para unir diferenças se sobrepôs ao esforço dispendido em suscitar ódios.

**c) — Ataca-se e difama-se Portugal — e aqui invocando razões que excedem as que justamente só devem atribuir-se ao regimen — por ao cabo de quatro séculos de presença contínua e de ocupação, não ter elevado a mais alto nível de civilização os povos de raça negra.**

Sem negar a preconcebida acção obscurantista do regimen nas três últimas décadas, cabe perguntar que melhores resultados obtiveram sobre os povos nativos dos territórios em que dominaram e dominam — consideradas mesmo as diferenças de tempo no exercício da sua acção — outros povos civilizados? A que nível de civilização se encontram os autóctonos das Américas, por exemplo — e outros povos, ainda quase primitivos dessa Ásia em que luziram tão nobres civilizações? Nas Américas, com excepção do Brasil, que portugueses elevaram e tornaram independente há mais de um século e cuja unidade se manteve apesar do gigantismo territorial, ao contrário do que aconteceu na América dominada pela Espanha — esses povos, segundo certo critério que hoje se pretende insinuar em proveito de alguns imperialismos, os verdadeiros americanos — foram mais destruídos por segregação violenta do que elevados. As mesmas perguntas se poderão fazer, talvez, daqui a um século — e tendo como resposta as mesmas dificuldades, porventura sobre-humanas, aos novos países recém-independentes em relação aos seus habitantes mais atrasados.

Naturalmente, o problema muda de aspecto se se considerar, por cómoda conveniência, que Portugal nada mais é, nada mais foi, por nada mais se recomenda, do que pelo espírito e acção do actual regimen em três décadas de uma existência multi-secular.

**d) — Os movimentos nacionalistas formados e activos nos territórios ultramarinos portugueses, teriam o apoio quase unânime das populações e representariam um seu sentido de auto-determinação em exercício. Os seus líderes estão altamente capacitados para assumir, como**

**chefes, as responsabilidades inerentes a uma independência imediata.**

Os factos mais flagrantes — e alguns muito recentes — demonstram precisamente o contrário.

Foram dois os principais movimentos nacionalistas que surgiram no rastro do grande movimento de emancipação dos povos africanos (1): A União dos Povos de Angola (UPA) e o Movimento de Libertação dos Povos de Angola (MPLA). Destes dois movimentos, a UPA tem-se exercido especialmente pela acção terrorista, que desencadeou e activou durante mais de seis meses do ano de 1961; constituiu e mobilizou para isso forças invasoras, em grande maioria de guerrilheiros residentes no Congo ex-Belga, que assolaram uma zona limitrofe do Congo português ao norte de Angola, das mais despovoadas da colonia e de área correspondente a mais ou menos uma décima parte do território. Sofreram, por isso, bem como as populações assoladas já pelos terroristas invasores, a repressão implacável e não menos terrorista das forças militares e policiais do regimen, aliás em exercício permanente de amedrontamento em outros pontos da colonia hostis ao salazarismo. De um lado e outro, ambas as partes contra as populações de todas as raças, uma guerra sem quartel, das mais desumanas. Apesar dos flagrantes sentimentos de hostilidade ao regimen constantemente manifestados pela população de Angola, nunca a UPA conseguiu, da parte dessa população, apoio ou aparências de apoio que lhe permitissem estender as suas operações para além da escassa área territorial acessível às forças invasoras. Ao contrário: essa população de brancos, negros e mestiços, mostra-se tão hostil ao terrorismo invasor como ao terrorismo repressor. E para defender de ambos seus bens e suas famílias, aliou-se ao repressor contra o invasor — detendo este e privando aquele de mais pretextos para também a chacinar. Na verdade, esta população, sempre alarmada com os acontecimentos do vizinho Congo ex-belga, não quer aquela independência, nem aqueles libertadores, nem o regimen a que sempre se mostrou hostil. Quer, pura e simplesmente, a sua segurança física e económica, as possibilidades de trabalho, a liberdade de pensamento e de movimentos — e uma situação que tudo isto lhe garanta.

Não era assim que a propaganda dos pseudo-libertadores e das correntes que os apoiam, apresentava as coisas: a UPA em entendimento per-

(1) Recentemente, parece ter-se formado ou estar em formação mais um.

feito com a MPLA, teria consigo e contra Portugal toda a população de Angola, não praticaria actos de terrorismo e apenas se defenderia do terrorismo salazarista, seria a vítima e de maneira nenhuma a autora de um genocídio através exclusivamente praticado pelas forças do regime. Holden Roberto era apresentado como o herói mais activo da libertação, fazendo-se crer ao mesmo tempo (e aqui com certa razão ainda mal esclarecida) que contava com a simpatia e o auxílio dos Estados Unidos da América.

A MPLA, liderado por Mário de Andrade, exercia-se nos meios internacionais numa acção de propaganda fortemente apoiada pelo bloco comunista e pelos países afro-asiáticos — exibindo um programa certamente cativante para os meios informados sobre as realidades africanas. Tudo parecia perfeitamente coordenado e em vista do mesmo fim: A UPA, agindo por meios de força angariados no Congo em guerra civil; o MPLA trabalhando no tablado internacional — o que não impedia que algo transparecesse de desencontros entre os dois movimentos nacionalistas.

Entretanto, os terroristas de Roberto eram batidos no norte de Angola — e muito menos pelo terrorismo salazarista do que pelas forças espontâneas e inorgânicas da população por ambas as partes aterrorizada —.

Mas eis que a situação se esclarece e uma parte da verdade assoma contra as diligências organizadas para a ocultar:

Em notícia das Nações Unidas distribuída pelo mundo (Fevereiro do corrente ano) Holden Roberto, de passagem por New York, declara em entrevista de imprensa:

*“...que os seus terroristas vão lançar nova e grande ofensiva em Angola”; “que os bandos armados da UPA vão ser enquadrados por oficiais e sargentos que, na Tunísia, estão a receber instrução militar dos rebeldes argelinos e que nas próximas acções contra os portugueses serão argelinos a comandá-los. Que quanto ao apoio que poderá esperar de outras organizações, não há qualquer conjugação da UPA com o MPLA, chefiado pelo comunista Mario de Andrade”.*

O MPLA reage com um manifesto distribuído pela imprensa internacional, no qual assim se descrevem e julgam as actividades da UPA e de Holden Roberto, seu líder:

*“Os Srs. Holden Roberto e Rosário Neto, respectivamente Presidente e 1.º Vice-presidente da UPA, estão diante do Tribunal do*

*povo de Angola e do Tribunal da opinião internacional. Estes dois principais dirigentes da UPA foram acusados publicamente de graves crimes contra o povo angolano. Quem quer que acompanhasse atentamente a actividade política de Holden Roberto, não podia deixar de notar o seu desconhecimento de Angola (onde nunca viveu), a sua alucinada acção de intriguista político, o seu oportunismo, a sua desmedida ambição política que o levava a arrogar-se o título de chefe da revolução angolana e a engalanar-se com os postos de “presidente” e “director” de todas as organizações ligadas à UPA. Sabendo haver em Angola africanos com mais carácter, instrução e capacidade do que ele, inspirou e incitou à liquidação física de negros assimilados e instruídos. Para conquistar o apoio dos dirigentes do movimento protestante mundial, procurou dividir os angolanos por razões de crença religiosa e ordenou medidas para impôr a religião protestante nas regiões de Angola onde actuavam africanos enganados por ele.*

*“.....  
“Fingindo exageradamente o seu amor pelo povo negro, Holden recebia, no entanto, dinheiro dos fazendeiros portugueses do norte de Angola para que lhes poupassem as fazendas. Para manter a sua mentira do exclusivo da UPA na luta armada, Holden dava ordem para que se assassinassem os militantes das outras organizações políticas empenhadas na luta armada.*

*“.....  
“Testemunhando completo desrespeito por Angola e o seu povo (que ele sempre tratou como coisas suas), Holden teve o desplante de pretender formar, com os seus comparsas da UPA, um Governo provisório em Angola Mau político e manobrando cegamente a arma do racismo, Holden teve a ousadia de, durante a XVI sessão da Assembléa Geral da ONU, defender perante o grupo afro-asiático a sua política de genocídio em relação à comunidade mestiça de Angola.*

*“Senhor absoluto dos fundos da UPA, Holden pratica a chantagem financeira para com os seus colaboradores menos dóceis e procura rodear-se de indivíduos servís, como Rosário Neto, 1.º Vice-presidente da UPA. O passado de Rosário Neto (que fora condenado a prisão maior em Angola pelo crime de roubo) fazia prever que ele poderia converter-se, como se converteu, no principal colaborador das actividades criminosas de Holden Roberto.*

*“.....*

O manifesto conclui com ardentes vivas à "luta pela unidade do povo angolano" (sic).

Seriam estes homens, estes grupos, estes políticos, estas capacidades, que disporiam hoje dos destinos e do presente de Angola, se a independência, sem exercício prévio do direito de autodeterminação, houvesse sido reconhecida a Angola quando há um ano a reclamaram.

Como argumento de oposição à fórmula proposta, mas podendo considerar-se à margem dela objeção aparentemente muito valiosa, alguns arguentes de outras soluções menos contemporizadoras com as realidades humanas e o Direito, lembram que a Assembléia Geral das Nações Unidas, na sua resolução 1514 (XV), intitulada "Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais" estabeleceu (N.º 3) que "a falta de preparação na ordem política, económica, social ou educativa não deverá servir nunca de pretexto para atrasar a independência."

Mas "pretexto" significa em qualquer dos idiomas usados na ONU, e em Direito, "razão aparente para agir". As comissões de redação da ONU sabem muito bem o que escrevem e o valor das palavras. Quer dizer, só quando razões simplesmente aparentes de falta de preparação na ordem política, económica, social ou educativa forem opostas, não poderá a independência ser retardada. A Comissão teve o cuidado de empregar a expressão "servir de pretexto" e não a expressão "servir de fundamento para...", precisamente porque pretendeu ressaltar o caso de haver razões não aparentes, mas reais e reconhecíveis, às quais o sentido da sua resolução não se aplicaria. Demais, nem de outra maneira poderia ser, uma vez que o Art. 73 (Capítulo XL) da Carta das Nações Unidas, não só reconhece a existência de povos "que ainda não atingiram a plena capacidade de se governarem a si mesmos, como estabelece como missão sagrada o dever de os preparar, dentro do sistema de paz e segurança internacionais determinado na Carta.

Está, portanto, perfeitamente bem a resolução da Assembléia Geral — e sem prejuízo do que proponho com fundamento em razões reais e não aparentes da falta de preparação dos territórios ultramarinos portugueses da África para a independência imediata.

\* \* \*

Por parte dos propagandistas do regimen não há argumentos nem objecções. Defendem-se apenas as velhas práticas do colonialismo a que fez regressar o país, e envolvem-se sem distinção todos os portugueses que dessas práticas querem resgatar Portugal, em acusações de que

algum proveito cuidam sacar: "comunistas", "vendilhões do patrimonio nacional", "vende-pátrias", etc. E perante os dois extremos totalitários, eu seria para os comunistas e filo-comunistas, o "hediondo colonialista", e para o salazarismo "um vendilhão do patrimonio nacional" — tentando os primeiros fazer esquecer que fui eu, ainda em plena floração do colonialismo ocidental, o primeiro português que, com riscos conhecidos, se levantou em defesa dos povos de raça negra contra o colonialismo do regimen — e os segundos, que tenho sido sempre tão anti-comunista como hoje sou anti-salazarista.

\* \* \*

Uma Consciência portuguesa decidirá — na certeza de que, decidindo, decide os destinos de Portugal.

#### X — A OLIGARQUIA CAPITALISTA:

Constituida como coluna vertebral do regimen, com ele se confunde.

Enquanto o regimen durar e, durando, defender os seus interesses, a Oligarquia lutará pela sobrevivência do salazarismo. Abandoná-lo-á, procurando preparar-se para ocupar novas posições em outra situação e nela alcançar os mesmos poderes de hegemonia, quando se sentir perdida. A sua transição, porém, como lhe é peculiar realizar-se-á habilmente, digamos quase secretamente, com todas as probabilidades por tentativas de infiltração política junto do novo regimen — enfim, com muito menos aparato e ostentação do que os exibidos enquanto foi poder.

Esta tendência para o abandono, principia a sentir-se e a pressentir-se. A oligarquia, como todas as oligarquias financeiras, não só teme os naufrágios, como se nega a pagar despesas de sobrevivência que o povo já não pode pagar. Tendo recebido tanto, não está disposta a suportar os prejuizos que as despesas militares do regimen trouxeram à economia nacional. Abandonará: abandono que praticamente começou no dia em que prudentemente principiou a transferir para o estrangeiro, para investimentos ou depósitos, o melhor dos seus lucros de três décadas de desenfreada exploração. Sem o seu apoio, já minado pelo descontentamento dos politicamente menos comprometidos e por deserções dos mais cautelosos — o regimen fica reduzido ao apoio policial do Exército, nos altos comandos, e da FIDE.

Sobre a índole e os métodos de acção desta oligarquia, a Consciência portuguesa está perfeitamente esclarecida. Ostentou-se e exerceu-se tão desbragadamente, tornou-se tão responsável

nas práticas do colonialismo econômico a que o regimen arrastou o país, que, julgo, nem os queijos seus favores viveram e vivem tem ilusões a seu respeito. Apenas há que advertir essa consciência, no momento em que haja de decidir os seus destinos, contra as tentativas que, muito habilmente e com um potencial inegável de força, fará para reocupar no país as posições perdidas.

Não se trata de suscitar ódios de tantas das vítimas deste capitalismo, e que não distinguem entre certas vantagens ainda muito positivas de exercício de um capitalismo contido contra as tendências abusivas de exploração e ganancia que o caracterizam, e o que é simples “dinheirismo” corruptor e sem escrúpulos nem pátria. Trata-se, sobretudo, de defender as possibilidades de realizar em Portugal, contra todas as oligarquias, a profunda revolução social que o país espera há um século, revolução que, mesmo não sendo absolutamente anti-capitalista, não pode de modo algum, sem se trair, ser capitalista.

#### XI — O CLERO E A ACÇÃO CATÓLICA:

Constituiu um problema nacional que perdeu grande parte da importância que teve por motivo das consequências políticas que resultaram da atitude puramente religiosa assumida em 1958, ante o regimen, pelo Bispo do Porto. O clero e organizações católicas que então apoiavam o regimen e dele recebiam forte e substancial apoio, dividiram-se — e o maior número, liderado pelos melhores valores do catolicismo português, esclarecendo superiormente a posição doutrinária da Igreja ante o Estado, declarou a sua oposição ao regimen. As repressões que imediatamente sofreu e a reacção oficial do Ditador com as suas ameaças, consolidaram o espírito oposicionista e determinaram os rumos da sua acção. E se é certo que a aristocracia clerical e alguns antigos líderes católicos mais comprometidos com o regimen, não seguiram a nova corrente oposicionista, também é certo que o apoio que prestavam ao regimen muito ostensivamente, se ainda tem alguma realidade prática, deixou de ser tão declarado e flagrante como era. O próprio Chefe da Igreja em Portugal, o Cardeal Cerejeira, certamente o mais comprometido no apoio ostensivo ao regimen, viu-se na necessidade de declarar publicamente uma posição neutralista da Igreja — posição que assim declarada teve qualquer coisa de prudente acto de contrição.

Actualmente, parece claro que o regimen já não conta com um apoio muito efectivo, da Igreja, que, aliás, não procura dominar nem fazer mudar de rumo a corrente católica oposicionista.

Pode-se admitir com muitas probabilidades de acertar que, nas circunstâncias actuais, o clero, a Igreja, se constituam e hajam perante as ameaças de tragédia como força organizada e superiormente dirigida de equilibrio no tumultuar de problemas políticos e sociais que um regimen democrático terá de enfrentar e muito especialmente contra as investidas de uma corrente comunista. Restam as dúvidas que poderá suscitar uma acção da OPUS DEI, de cujos poderes e designios políticos muito se fala, mas sobre o qual me sinto sem informação objectiva e, portanto, sem autoridade para ousar pronunciamiento.

#### XII — O PROBLEMA ESPANHOL E O PACTO IBÉRICO:

De que maneira repercutirá em Espanha a abolição do regimen português?

Sem dúvida de que a repercussão será tremenda para a estabilidade do regimen franquista, tão odioso ao povo espanhol como o salazarista se tornou ao povo português — ocorre perguntar que providências terão concluído os dois ditadores para mutuamente defenderem os seus regimens?

Trata-se evidentemente de um problema que a Consciência portuguesa tem de considerar serena mas decididamente — contra o optimismo daqueles que, na febre de soluções libertárias o menosprezam, como contra o pessimismo de outros que o opõem como dificuldade insuperável.

Salazar e Franco são aliados naturais; existe um Pacto Ibérico cujas disposições secretas são menos conhecidas do que fantasiadas — mas que ainda antes de firmado já funcionou na guerra civil de Espanha na qual intervieram forças militares portuguesas. Que a abolição do regimen em Portugal ameça com a impossibilidade de sobrevivência, o regimen franquista é evidente. Que, por outro lado, uma generalização das dificuldades do regimen português nas colonias, poderá levar Marrocos a exigir a retirada da Espanha do Saara e das praças militares de Melilla e Ceuta — é possibilidade que também preocupará o regimen franquista.

As informações mais seguras confirmam o desígnio de ambos os ditadores se prepararem para uma defesa mútua: tropas nas fronteiras de Espanha com Portugal, o encontro dos dois ditadores depois dos últimos acontecimentos subversivos — e até boatos alarmantes, certamente postos a correr por agentes do próprio regimen com a intenção de amedrontar, dando como segura a intervenção de forças militares espanholas.

las, não só em Portugal, no caso de rebelião interna, como também no Ultramar.

Haverá mais fumo que fogo nas notícias que correm e em algumas manifestações que parecem confirmá-las; nem por isso é menos de nos preocupar e alertar-nos. Julgo que os perigos de um auxílio militar espanhol ao regimen em desespero de sobrevivência e no evidente interesse do regimen franquista — dos quais o maior seria o de guerra civil em toda a Península —, considerados entre os limites do possível e do provável, se podem avaliar à luz das seguintes circunstâncias:

— Da consciência portuguesa dos responsáveis do regimen, ante uma hipótese de intervenção de forças militares espanholas em Portugal, pouco podemos esperar de impeditivo. O racionalismo dos ditadores em perigo e das ditaduras não se prende com estas coisas. Admite-se a hipótese do salazarismo não só a não impedir como a solicitar, invocando é claro interesses da defesa da Península e do Ocidente, da civilização cristã até, contra o perigo comunista. Com rigor, ignora-se o que o Pacto Ibérico dispõe actualmente a esse respeito. Com mais rigor se sabe que esta hipótese, ao contrário do que os ditadores pretendem fazer supôr ao Ocidente, favorece os planos de cubanização da Península, objectivo supremo do comunismo nacional e internacional nesta excelente posição estratégica da Europa.

— Por outro lado, tal hipótese encontraria a aversão irreprimível do povo português, inclusivamente de muitos que ainda apoiam o regimen; mesmo as camadas mais apáticas do povo, na corrente de um sentimento tradicional e muito inveterado, reagiria violentamente. Trata-se da mesma aversão, estratificada em séculos de história e de educação, que se tem oposto à simples discussão de formas de engrandecimento ibérico como a Federação Ibérica, porventura defensáveis em boa inteligência política.

— Não se me afigura admissível que o Ocidente, embora numa ilusão em que tem vivido de que apoiando os ditadores defende a Península do perigo comunista (a ponto de ideologicamente se trair), leve a sua cegueira a ponto de não ver quanto resultaria a favor do comunismo uma situação que pudesse conduzir à guerra civil.

— A Espanha não poderá intervir sem, de alguma maneira, suscitar o agravamento das dificuldades internas contra as quais o franquismo se mostra cada vez mais impotente, e sem quebra do dispositivo de força com que tem resolvido essas dificuldades. A entrada de tropas espanholas em Portugal muito dificilmente se po-

deria consumir sem a entrada espontânea de numerosos e viris elementos espanhóis hostis ao franquismo, por interesse próprio aliando-se com as oposições portuguesas.

— O regimen salazarista pode cair por rebelião organizada (mesmo mal organizada), ou por um acto colectivo e espontâneo de desespero da população rapidamente propagado e irreprimível, ou pela morte natural ou violenta do ditador que o encarna. No primeiro caso, há todas as probabilidades de que caia tão verticalmente que não dê tempo a uma intervenção militar de auxílio antes de proclamado outro regimen; seria praticamente impossível às forças do regimen franquista intervirem em prol de um regimen já derrotado sem o risco de insuperáveis complicações internacionais. No segundo e terceiro casos, o perigo de confusão, que o comunismo não deixaria de explorar com muito proveito, e decerto com inteligência, seria tal que todas as consequências se podem prever, inclusivamente a guerra civil.

— O regimen franquista tem os seus dias contados como o salazarista. Simplesmente por muito mais complicados os problemas políticos espanhóis de redenção nacional (os nacionalismos nunca sufocados da Galiza, Catalunha e povos vascos, a maior extensão territorial, uma maior diversidade de correntes políticas de oposição, as recordações trágicas da guerra civil, a influência da Igreja, etc), o levantamento subversivo encontra maiores dificuldades. Estas poderiam tornar-se menos pesadas, uma vez que o franquismo se envolvesse nos assuntos internos de Portugal, contra os idealismos das oposições em Espanha.

Assim, se a hipótese de intervenção não é de considerar impossível, também não é de admitir como fatal. De qualquer maneira as dificuldades de consumação são evidentes. O que não impede que, por agora, o facto da ameaça sobre os espíritos perturbados pelos prelúdios de tragédia, assumam extraordinária importância.

## CONCLUSÃO

Exposta assim, resumidamente, e dos pontos de vista desapaixonados em que pretendi manter-me, uma situação de facto, por vezes cotejada com situações de Direito — ocorre naturalmente perguntar como vamos evitar a tragédia, como vai decidir-se uma Consciência portuguesa ante o complexo de problemas de fundo que constituirá a herança do regimen?

Perfilhando o pensamento expresso por um dos mais notáveis homens de ciência e pensadores brasileiros, que na Revista de Cultura

Anhemi tem seguido com particular atenção e renodado espírito de apoio, a causa do antitotalitarismo português, principiemos por aclarar como não evitaremos essa tragédia.

Escreveu Paulo Duarte, em Anhemi de Março do corrente ano:

*“O que não desejamos para Portugal é aquela mesma sorte que teve o Brasil depois da ditadura. Os portugueses, como os brasileiros, só irão dar conta dos estragos morais da ditadura quando esta tiver deixado de existir. Então verão o destino melancólico que espera um país em que diversas gerações foram emasculadas por um clima policial, onde a critica se afogou, onde o pensamento foi inteiramente abolido e a mocidade se impôs o mesmo padrão da mediocridade, enquanto os malandros prosperavam no ambiente de impunidade garantido pela submissão e pela subserviência ao ditador. Nada adiantará a Portugal livrar-se de Salazar para amanhã ser dominado por uma situação burguesa ou conservadora, na qual permaneceram em seus lugares e em suas posições os adesistas, os aproveitadores da véspera, os mesmos ganhadores de dinheiro de ontem que facilmente se ajeitarão a uma nova situação, desde que esta não venha enquadrada num programa rígido, de idéias novas, policiadas por uma severidade e uma incorruptibilidade, que jamais poderão suportar os conservadores conformados, monárquicos retrógrados, intelectuais que se submetem, políticos substituídos, e um povo que a opressão tornou abúlico”.*

Estamos perfeitamente de acordo. Nunca assim evitaríamos a tragédia; precipitá-la-íamos possivelmente.

Parece-me irrefutável, ante o realismo da época em que vivemos e da situação a que o regimen nos arrastou, que a tragédia não se evitará sem que a Consciência portuguesa se decida e o país cumpra, na liberdade evidentemente, um programa rígido e insofismável de profundas reformas económico-sociais adaptáveis aos seus caracteres específicos, digamos, ao que na sua índole, tradições e personalidade histórica é imperativo e, como tal, indeformável; isto, naturalmente, em conformidade com o momento histórico que atravessamos e em vista á integração europeia. Pelas deformações que tem sofrido e especulações a que se prestam, neste mesmo momento histórico que atravessamos, repugna-me um pouco servir-me das expressões “direita” e “esquerda” que só me parecem ter algum sentido quando inseparáveis do conceito

de liberdade. Não é fácil, porém, no momento actual, ser inteligível sem as usar. Assim, attribuindo-lhes a correspondência com duas posições mentais ou políticas, inseparáveis do conceito de liberdade e só conforme esse conceito explicáveis, em que a Direita representa a posição das correntes conservadoras e a Esquerda a posição das correntes progressistas — acentuarei que me parece irrefutável a necessidade de a Consciência portuguesa se decidir por um programa adequado, mas rígido de esquerda.

Parece-me igualmente não menos irrefutável que as forças conservadoras que hoje dominam o país numa ditadura de direita, mesmo vencidas amanhã pela abolição do regimen, e, por outro lado o conservadorismo democrático, liberal, cuja posição em boa democracia se tem de reconhecer como legitima e, de certo ponto de vista, útil, se oporão à indispensável execução de um tal plano — as forças vencidas tentando impelir o país para o regresso a uma ditadura de direita, as democráticas favorecendo, porventura inconscientemente, esse designio. O mesmo realismo não poderá deixar de reconhecer quanto o pensamento esquerdista, no momento actual, é suscetível de intoxicação demagógica, correntes como são no mundo as tentativas de o impôr, menos pela força das idéias do que pelo recurso à demagogia, com todo o seu estendal de paixões desordenadas; e correríamos então o perigo de cair numa ditadura de esquerda, que além de não realizar os fins do pensamento esquerdista (nenhuma ditadura realiza os fins que pretendem justificar o seu exercício), favoreceria, por reacção contra a supressão da liberdade, o extremo totalitário oposto.

Ora, o drama português, ante estas realidades que me parecem irrefutáveis — digamos, o complexo de dificuldades que teremos de dominar e vencer, para evitar a tragédia pelo exercício adequado de um pensamento esquerdista irrefutavelmente indicado — consiste no seguinte: declarado, manifestado, não existe um pensamento esquerdista português autónomo; existirá sim, uma ansiedade geral, um sentimento, que nas suas intuições e esperanças, esperam esse pensamento e o seu exercício, existirão, também os valores capazes de o constituir e seguir, uma vez libertos das mordanças e cadeias que os tornam inoperantes e colocados sem vendas perante os verdadeiros problemas nacionais. O que entre nós se manifesta, e com todas as dificuldades que a ditadura opõe à expressão dos pensamentos estranhos à sua ortodoxia, é menos um pensamento esquerdista autónomo do que um inconformismo esquerdista de militantes políticos, mais ousados, menos contidos pelo medo. As



excepções que constituem um António Sérgio, hoje irrecuperavelmente enfermo, e um Cunha Leão, são muito raras. Nesta bruma, movimentasse, oferecendo e propagando menos o seu figurino social do que a sua política demagógica, o Partido Comunista e os seus simpatizantes, com todas as vantagens dessa falta de um pensamento português autónomo — falta que ele pretende suprir. Na situação assim criada pelas forças repressivas do regimen, não é o comunismo em si que me amedronta — e tanto menos que ainda não vi (refiro-me ao comunismo prático, tal como no mundo se tem aplicado, e se exerce, e não ao comunismo teórico) como enquadrá-lo entre os sistemas de esquerda; antes me parece, pelo seu cunho essencialmente ditatorial, pela sua noção aristocrática de classe dominante e com a sua burocracia de cúpula dominando um capitalismo de Estado, um exemplo flagrante de uma concepção da extrema direita. O que me amedronta no comunismo e o torna perigoso, é a sua política inseparável do seu figurino social, as suas violências, a sua maneira demagógica de procurar os seus fins e a fatalidade ditatorial que esses fins trazem consigo. Quer dizer, o que me amedronta, como português e defensor de um pensamento esquerdista, é a falsidade do socialismo, do esquerdismo comunista — e, ante a falsidade, a falta de um pensamento esquerdista português, autónomo, que se lhe oponha. Ora, a parte mais activa do pseudo-esquerdismo português militante está intoxicada desse comunismo prático cujas estratégias políticas a influenciavam mais do que os seus programas sociais.

Se para suprir essa falta, se torna necessária a inspiração de um figurino estranho adequadamente adaptado — e compreende-se a necessidade; se parece indicado que da experiência alheia tentemos colher as lições mais proveitosas — então eu cuido que, na situação em que nos encontramos, melhores fontes e melhores exemplos encontraremos, sem perigo para a liberdade

de essencial, no trabalhismo inglês e no socialismo escandinavo. Demais, tratando-se de sistemas onde se tem praticado com êxito a acção temperadora de um conservadorismo esclarecido e muito útil contra os perigos de um progressismo precipitado no tempo. Ontem como hoje, o Tempo só respeita o que com o seu auxílio se realizar.



Nos limites estreitos de espaço, tempo e autoridade que, em face de circunstâncias objectivas e pessoais, entendi não dever exceder — cumpro o meu desígnio; oxalá o tivesse sabido cumprir com a isenção que desejei alcançar, a na e à margem das paixões partidárias de seita, que sobre mim se podem exercer como sobre qualquer outro.

Bem ou mal cumprido, a intenção é só esta: chamar a atenção de todos os portugueses — e especialmente os que se comprometeram com o salazarismo como os que o combatem — para os prelúdios de tragédia que ensombram o céu nacional e para a necessidade em que todos estamos de evitar que ela, por inconsciência do perigo, se venha a consumir.

Não se trata já de uma luta de regimens, a desenlaçar pela vitória de um ou de outros. Trata-se de uma batalha em que todos seremos vencedores ou vencidos, conforme o comportamento que, exclusivamente como portugueses, adoptarmos.

Dessa batalha só podem considerar-se excluídos aqueles portugueses cujo nacionalismo, sem verdadeiro patriotismo, se transferiu para o serviço de potências estrangeiras.

S. Paulo, Junho de 1962

Rua Grammaire, 248 (Lapa)  
Tel. 7-3081

Profissão: .....

Sua contribuição mensal: .....

Nome: .....

Residência: .....

- SE pretende a uma Pátria livre de povos livres;
- SE abomina os regimens totalitários seja qual fôr a farsa que os encubra;
- SE detesta a Demagogia, os demagogos e os falsos ídolos;
- SE não admite idéias e crenças impostas por violência;
- SE é português, democrata e, portanto, adversário de tôdas as formas totalitárias de governação dos povos;



INSCREVA-SE NA F.A.P.L.E., recorte e preencha o cupão supra envie-o [redacted]  
A [redacted]

Rua Grumiximas, 246 (Jabaquara)  
Tel. 7-3081... São Paulo